



VIVER

vidas e veredas da raia

03

Set. Out. Nov.

06



o grande tema

Associações e associativismos da BIS



ANA ALVIM



Noite dentro, à volta dum improvisado madeiro e ao som do adufe, raianas(os) do Ladoeiro ensaiam os louvores ao Menino.

A todos quantos se dão ao trabalho de nos lerem, cordiais saudações. Aqui vos entregamos o número 3 da Revista VIVER, desta vez tendo por GRANDE TEMA “ASSOCIAÇÕES E ASSOCIATIVISMOS DA BIS”.

No número anterior dizíamos que *quem reage tem opinião! Quem cala consente! Ser pessoa... exige afirmação do que se pensa e sente!* Agora acrescentamos que, para podermos emitir as nossas opiniões e aprender com as opiniões dos outros, não basta escrever e ler. Há a necessidade de, olhos nos olhos, conversar sobre tudo aquilo que possa contribuir para nos tornar a todos mais esclarecidos, mais inteligentes, mais desenvolvidos. Já somos tão poucos que teremos necessariamente de ser muito bons!

A ADRACES reconhece a fundamental importância dos diferentes tipos de Associações e de “associativismos” existentes no nosso território, verdadeiras âncoras de fixação dos mais diversos e diferenciados grupos populacionais, sem as quais o despovoamento das comunidades rurais da BIS seria muitíssimo mais grave.

Conhecemos a dedicação e abnegação extremas e continuadas de homens e mulheres que quase

se percebe quem povoa e se esforça por manter os espaços rurais HUMANIZADOS.

Que actividades, que competências, que complementaridades é necessário apoiar e redinamizar, para potenciar as resistências que se opõem à desertificação/desumanização da Beira Interior Sul e não só. Que conjugação e articulação de políticas, de interesses, de recursos e meios são indispensáveis considerar e operacionalizar, para que os legítimos donos dos grandes espaços agrários, já insensíveis à cultura rural, não os abandonem aos bichos e/ou às sementeiras de fogo.

É necessário aprender a conjugar interesses em benefício de equilíbrios capazes de sustentar a presença das pessoas nas suas comunidades de origem, porque a extinção das nossas comunidades rurais, ao contrário do que apregoam interessados pregadores, não é, não pode ser (se assim o quisermos), uma fatalidade!

Vivemos de momento uma fase de transição entre ciclos de programação financeira Europeia e Nacional. Este parece-nos ser o tempo adequado para pensar o futuro próximo. O tempo para que se identifiquem os verdadeiros RURAIS da BIS e

*“Se pensares
no próximo ano,
lança sementes.*

*Se pensares
nos próximos dez anos,
planta uma árvore.*

*Se pensares
nos próximos cem anos,
ensina e educa sem parar.”*

Ensinar oriental anónimo

Saber o que e quem somos, para melhor aproveitar o que nos pertence!



António Realinho
Director da ADRACES

deixam de ter vidas próprias para se entregarem às acções colectivas das suas Associações, em favor de alguma animação e maior conforto na vida das suas comunidades.

Em consequência desse reconhecimento, e em obediência aos princípios e objectivos que presidem e justificam a nossa existência, entendemos que não podemos limitar-nos ao simples reconhecimento do mérito dessa benévola entrega, sem nada fazer para ajudar a obter melhores resultados de tamanho esforço.

Sentimos ser oportuno lançar um grande e generalizado debate sobre – QUE FAZER? – para fortalecer, modernizar e tornar mais eficazes e influentes as estruturas associativas existentes.

Parece-nos ser necessário tornar visível aos olhos de todos (cidadãos, empresários e decisores públicos) **quem é quem**, nos meios rurais. Desfazer velhas imagens e conceitos que já nada têm que ver com a realidade actual, para que claramente

se lhes dê oportunidade de fazer ouvir a sua voz na gestão dos apoios financeiros que venham a ser disponibilizados para o desenvolvimento rural da Região. Para que os responsáveis associativos, de todos os quadrantes e essencialmente aqueles que mais contribuem para a animação da vida nas suas comunidades, possam dizer de sua justiça e perspectivar as condições de sobrevivência das suas Associações e das suas Comunidades.

Durante os próximos meses, a ADRACES estará disponível e empenhada na mobilização e organização de reuniões formais ou informais, dispersas ou de carácter mais abrangente, que permitam a participação de todos quantos, por função ou dever de cidadania, queiram contribuir.

De certa maneira, nesta quadra pré-natalícia, tentaremos contribuir para uma maior “reunião da família BIS” a quem desejo toda a esperança na continuidade do orgulho de SER de onde somos! Feliz Natal, promissor Ano Novo. ❁



ANA ALVIM

- | | |
|---|--|
| <p>01 DO DIRECTOR
Saber o que e quem somos, para melhor aproveitar o que nos pertence!</p> <p>03 DO EDITOR
Meninos e Homens...</p> <p>04 TEM A PALAVRA
Álvaro Rocha</p> <p>06 QUIOSQUE DA “BIS”</p> <p>08 TRIBUNA DA CIDADANIA
Bernarda Lourenço, a professora que colocou o adufe na memória colectiva raiana</p> <p>11 GRANDE TEMA
Associações e associativismos da BIS</p> | <p>28 CAMPO DA IRONIA: FICÇÕES SOBRE A REALIDADE
“Quando o povo é cabrão”
de Fernando Paulouro Neves</p> <p>30 INOVADORES E PIONEIROS
Os bem-amados</p> <p>39 TEORIAS E PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</p> <p>41 NÓS ADRACES</p> <p>44 OS NOSSOS PARCEIROS</p> <p>45 ONDAS CURTAS EUROPEIAS</p> <p>46 SENTIR A BEIRA</p> |
|---|--|

FICHA TÉCNICA

Director: António Realinho § **Director-Adjunto:** Teresa Magalhães § **Editor-Geral:** Camilo Mortágua § **Conselho Editorial:** António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós § **Coordenação da Redacção:** Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão § **Director Comercial:** Luís Andrade
Design: Adriano Rangel § **Foto da Capa:** Ana Alvim § **Paginação / Produção Gráfica:** Isto é, comunicação visual, lda - Rua Santos Pousada, 157 - 3º - Sala 15 - 4000-485 Porto § **Colaboradores neste número:** Abel Cuncas, Aida Rechená, Assunção Pedrosa, Celso Lopes, Clarisse Santos, Domingos Santos, Fernando Paulouro Neves, Jorge (postal de Natal APPACDM), José Portela, Lopes Marcelo, Margarida Cristóvão, Marta Santos, Paulo Pinto, Pedro Rego, Rui Morais, Sandra Vicente.

Depósito Legal: 243365/06 § **Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** 124952 § **Propriedade:** ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul - Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão · Telef. +351-272540200 · Fax. +351-272540209 § **Número de Identificação Fiscal (NIF):** 502706759 § **Sede da Redacção:** Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão § **E-mail:** viver@adraces.pt § **Periodicidade:** Trimestral § **Tiragem:** 3000 exemplares

Os interessados em receber a Revista VIVER devem solicitar o seu envio, através de pedido por escrito para ADRACES – Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão ou através do e-mail viver@adraces.pt

Meninos e Homens...



Camilo Mortágua

Editor-geral

Estamos em Dezembro... as paisagens urbanas começam a inundar-se de brilhantes luzes coloridas. Tudo o que ouvimos, vemos e lemos nos chama a atenção para o nascimento dum Menino. Tudo nos incita a festejar, de roupa nova, barriga cheia e coração enternecido, a vinda ao mundo do filho de Deus. Festejemos!

Aproveitemos bem este momento para ser comparsas, tão alegres quanto possível, desta grande representação religiosa, mediática e bem “franchizada” da evocação dum acontecimento que, segundo os seus arautos, terá acontecido num dos espaços mais simbólicos da austera e simples vida rural: um palheiro! Evoquemos, pois, com respeito igual pela devoção dos crentes e o abstencionismo ou a indiferença dos não crentes, ou devotos de outras evocações, este Natal que se aproxima.

Se possível... reservemos para nós próprios, durante este tempo de contínuas hossanas ao amor, à família e à solidariedade, alguns momentos para pedir a esse filho de Deus, que nos ajude a nós, simples filhos dos Homens, a guardar em nós esse tesouro da inocência do menino que já fomos, tornando-nos a todos menos capazes de ambicionar chegar a “deuses”, através da exploração e opressão da maioria dos meninos novos e velhos que por cá andam... 2006 anos depois de Ele ter visto a luz!

Nesta edição, quisemos entrar no espírito desta quadra, prestando atenção às muitís-

simas “famílias” alargadas que, com devoções e competências desiguais, fazem viver, melhor ou pior, as Associações da BIS.

A elas dedicamos o “Grande Tema” desta edição. Porém, sem sair do tema, quisemos destacar uma delas por se enquadrar perfeitamente naquilo que atrás dissemos. Meninos pequenos e “grandes” tratados com muito amor. Homens e Mulheres que souberam guardar dentro de si a “grande inocência” de viver para os outros.

Abordar com algum rigor as mais-valias dos diferentes associativismos e Associações existentes, pela sua complexidade e número, é tarefa demasiado complexa para que possamos pretender fazê-lo apenas através da abordagem que nesta edição vos apresentamos. Como está dito na introdução do tema, estamos apenas a começar!

Outros assuntos vos são apresentados dentro das rubricas habituais, aproveitamos para saudar as estreias de dois novos colaboradores: o Professor José Portela, conceituado professor da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e o ilustríssimo cidadão e excelente profissional da Comunicação Social, Fernando Paulouro das Neves.

Se as edições que vamos fazendo vos interessam, lembramos que podem solicitar o seu envio por correio, bastando para isso seguir as instruções da página anterior.

Desejem-nos o mesmo que vos desejamos e todos teremos boas festas! ✿

Álvaro Rocha – Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova

“Idanha-a-Nova, o Concelho mais limpo de Portugal”

Pedimos palavras ao Cidadão Álvaro Rocha e ao Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova. Tinha-as, de uso frequente e bem ordenadas no seu “disco rígido” em ficheiros denominados: Promoção do Concelho. Quando a sua agenda o permitiu, “soltou-as” para a nossa conversa, um tanto ou quanto limitada pelo “assunto que segue”. Gostaríamos de ter podido perceber melhor qual a força que impulsiona a acção deste Homem, quais os princípios e valores que orientam a sua vida. Mas, para isso, seria necessário outro tempo e outro lugar, tempo que os Governantes locais e nacionais têm muita dificuldade em encontrar, salvo depois de deixarem de o ser, quando já nada se pode alterar ao que foi feito.

O CIDADÃO ÁLVARO ROCHA, ALENTEJANO DE ORIGEM E RAIANO DE VIVÊNCIA E CORAÇÃO

Sou uma pessoa que se considera da Idanha. Os meus Pais, naturais de Estremoz, vieram para cá trabalhar como encarregados da casa Marquês da Graciosa, tinha eu sete anos. Por cá ficaram durante vinte anos. Cá nasceram e por aqui ficaram os meus irmãos e praticamente toda a família. Nesta paisagem pulei a minha infância, “domei” a minha juventude e formei-me como Engenheiro Técnico Agrícola. Fui para a tropa e mandaram-me da campina da Idanha para Angola, onde estive dois anos no serviço militar e depois mais três como Eng. Técnico Agrícola nos cafezais do Uíge. Regressei após o 25 de Abril e fui trabalhar para a DRABI, onde me dediquei às questões das pastagens e forragens e, mais tarde, às técnicas da cultura local do tabaco.

Com os conhecimentos adquiridos, decidi pedir 10 anos de licença sem vencimento e dedicar-me à actividade privada. Arrendei uma propriedade e iniciei uma exploração agrícola baseada nas ovelhas, nas vacas, no tabaco e no milho, exploração que evoluiu e tem vindo a consolidar-se até aos nossos dias.

Politicamente, concorri às primeiras eleições livres pós-25 de Abril, apareci em quinto lugar e não fui eleito. Em 1979 voltei a concorrer, fiquei em 3º lugar e fui eleito vereador, saindo algum tempo depois por não concordar com algumas das formas de gestão do Dr. Camacho. Durante vários anos, integrei a Assembleia Municipal.

Em 1994 fui convidado pelo Joaquim Morão a retornar como vereador. Em 97 o Joaquim Morão foi-se embora e as eleições foram ganhas pelo Dr. Joaquim Batista. Eu fiquei como vereador na oposição...até que, em 2001, me candidato à Presidência e sou eleito, deixando, desde essa altura, a vida agrícola para me ocupar a tempo inteiro dos destinos deste município, coisa que faço com gosto há cinco anos, sendo este o primeiro ano dum segundo mandato.

A traços largos é este o meu percurso: Estremoz, Idanha, Angola, Idanha de novo, casado, dois filhos, dois netos. Durante um longo período, agricultor e político em si-



ADRACES

multâneo, mas sobretudo responsável pelo lançamento e organização da Feira Raiana. Ainda tenho algumas saudades do “grande ar livre”, dos passeios pelas brumas matinais. Saudades que por vezes satisfaço pelas seis da manhã a contemplar o romper de um novo dia, lá longe, no horizonte distante, a iluminar pouco a pouco a imensidão da campina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE IDANHA-A-NOVA

Como é ser Presidente desta Câmara, após o “reinado de boa memória” de um autarca como Joaquim Morão?

É fácil ser-se autarca depois de Joaquim Morão, desde que saibamos adaptar-nos à realidade. É fácil... porque trabalhei muito com ele e é alguém com quem me dou muito bem. Começámos os dois como vereadores nesta Câmara, entrámos praticamente ao mesmo tempo para a Câmara, entrámos para o mesmo partido ao mesmo tempo. Somos, por assim dizer, da mesma relação e da mesma geração.

Quando se tem um tal conhecimento das pessoas, existe amizade e se é do mesmo partido, é natural reconhecer que foi bastante grande a obra que o Joaquim deixou. Também seria natural que, se eu pertencesse a outro partido, não fosse capaz de dizer o que digo do Joaquim Morão.

É fácil porque a maior parte das coisas encontrei-as feitas, agora há que orientar a Câmara noutra sentida.

Quando ele se foi embora, a obra física estava praticamente concluída, mas não teve apoio para que, logo de seguida, lhe fosse dado o impulso final para o seu correcto aproveitamento. Perderam-se quatro anos a pretender desvalorizar ou esquecer o que estava feito. Sem esse interregno de quatro anos da governação Municipal do PSD, teríamos começado quatro anos antes o que estamos fazendo desde há cinco, que tem assentado em tudo fazer para assegurar o aproveitamento total das estruturas cá deixadas. Os resultados desta

nossa opção estão a aparecer, mas já seriam outros se tivéssemos começado mais cedo! Aos “belos anos” da dinâmica Morão sucedeu um período menos bom, consequência de opções que se vieram a revelar menos adequadas. São opções. Mas... retornando à pergunta inicial... a resposta definitiva e clara é que... para mim foi fácil e estimulante ser Presidente desta Câmara, como herdeiro da obra de Joaquim Morão, que espero honrar e enriquecer.

O que é que o Álvaro Rocha pensa do Presidente da Câmara? O Presidente faz tudo aquilo que o Álvaro gostaria que ele fizesse?

Penso que o actual Presidente tem de ter (e tem) uma preocupação principal no actual mandato que é a de dar a maior importância às pessoas que cá estão. As pessoas que cá estão ainda têm algumas dificuldades, não são muitas, mas temos de continuar a tentar resolvê-las. Bem sabemos que muitos ainda partem à procura de uma vida melhor, com mais oportunidades, mas temos que preparar o nosso território para que elas queiram voltar. Estamos tratando disso. Temos que dar uma imagem positiva do nosso Município para que as pessoas retornem. Estamos dando grande importância às questões ambientais, hoje já temos um território totalmente limpo e a servir de exemplo a muitas outras autarquias!



ADRACES

Se queremos valorizar os recursos que temos, entre eles os que potenciam o desenvolvimento turístico, é necessário começar por ter um ambiente limpo, são e agradável de olhar.

Não temos possibilidades de trazer para cá grandes empresas, os empresários visam o lucro, para isso, precisam de mão-de-obra abundante, barata e se possível qualificada, tudo coisas que não temos.

Por isso, é necessário cuidar bem dos recursos naturais existentes, e encontrar formas de organizar da melhor maneira possível a sua promoção e exploração, de forma integrada e ambientalmente equilibrada.

Exemplo disto é o esforço decisivo feito pela Câmara para a candidatura do Geoparque, dispensando técnicos e cooperando fortemente com os parceiros implicados no Projecto. Sem esse nosso contributo teria sido muito mais difícil mas, nós sozinhos, também nunca teríamos possibilidades de sucesso!

Em todas estas coisas o Cidadão e o Presidente vivem em perfeita sintonia, embora por vezes tenham acesas dúvidas sobre a quem dar a preferência nas decisões a tomar, acabando quase sempre por estabelecer um “segredo” compromisso entre as partes, o que permite manter a motivação para continuar juntos e em frente!

E as receitas próprias do Município, têm aumentado ou diminuído?

As receitas próprias da Idanha são muito reduzidas. Não há muitas soluções possíveis. Optamos por não recorrer a aumentos de taxas e encargos para as pessoas e famílias residentes, porque, em coerência, se queremos atenuar as saídas e aumentar as chegadas, temos que demonstrar que na Idanha se vive mais barato. Há que fazer uma discriminação positiva, deixando de cobrar algumas receitas correntes, por isso as receitas não têm subido.

A título de exemplo, o serviço de transportes gratuitos bi-semanais entre todos os lugares e Freguesias e a sede do Concelho, para todos os idosos com mais de 65 anos. Esta questão da mobilidade destas pessoas que, por falta de transporte, não se podiam deslocar das suas aldeias para tratar dos assuntos de seu interesse, obrigava-as a comprar localmente e sem alternativa de preços os produtos necessários à sua subsistência, ficando inteiramente dependentes da benevolência e honestidade de outrem.

O Município, sendo o segundo maior Concelho do País a seguir a Odemira, com as suas 17 Freguesias e mais de 20 lugares anexos, está dotado de saneamento básico na sua totalidade, embora nem tudo esteja acabado e em perfeito funcionamento, e possui uma rede inovadora e abrangente de assistência social.

E que estratégia para o futuro?

A Idanha sempre viveu e ainda vive, em boa parte, da agricultura. É necessário reconverter culturas como a do tabaco, que chegou ao fim, apontando para culturas de produtos facilmente transformáveis, menos dependentes dos mercados de frescos e de conservação menos imediata, tais como o olival, sem esquecer as oportunidades que possam surgir em relação às novas culturas energéticas.

É necessário apostar em pequenas e médias empresas da fileira de transformação agro-alimentar capazes de exercerem uma acção organizativa sob a produção e assegurarem a comercialização do que se produz, de forma a evitar a exportação em bruto, acrescentando valor à produção local e dinamizando a criação de emprego cada vez mais especializado.

Temos que ser capazes de valorizar e promover mais eficazmente o nosso riquíssimo património natural, histórico e cultural. As Aldeias históricas, o Geoparque, os fósseis de Penha Garcia, a música tradicional, os eventos religiosos de grande prestígio regional e não só, a cinegética etc., são componentes que enriquecem e devem integrar na nossa estratégia. A cinegética, por exemplo, tem enormes potenciais. É necessário alterar as práticas e promover jornadas de caça de duração superior a um dia, para que nos fique alguma coisa mais do que “os lixos dessa actividade”.

Temos que agir inteligentemente sobre o segmento do alojamento. Existem no Concelho muitas, grandes e belas casas particulares que deveriam estar ao serviço da promoção turística da nossa terra com

proveito para todos. Não basta oferecer Hotéis de 4 ou 5 estrelas, é grande o número de famílias que nos visitariam se tivessem alojamento confortável a preços mais acessíveis. Nas termas de Monfortinho há proprietários que começam a compreender a necessidade de modernizar e valorizar os seus estabelecimentos de forma a poderem dispor de outros tipos de oferta.

De momento, os pontos mais frágeis desta estratégia são o da promoção e o da organização para comercialização, é necessário fazer um grande esforço para aumentar e melhorar o caminho já percorrido. São processos que exigem persistência prolongada e competências diversificadas, penso que estamos no bom caminho.

Idanha não é uma Ilha. Conjuntamente com Penamacor, Castelo Branco e Vila Velha de Ródão, faz parte de uma NUT III, unidade estatística básica para a estruturação da coesão europeia. Como vê a actual articulação das complementaridades possíveis dentro deste espaço?

Penso que é uma questão muito importante no presente. Não há dúvida das vantagens que nos poderiam advir de uma melhor articulação. Já vamos com algum atraso, de há muito que podíamos ter economizado em algumas infra-estruturas, como piscinas e campos de futebol. Se calhar era mais fácil e barato dispormos de transportes para poder deslocar pessoas até aos equipamentos, do que andar a fazer as mesmas coisas em todos os lugares.

Tenho esperanças de que o próximo quadro comunitário (agora tem outro nome) estimule a apresentação de projectos mais abrangentes, por exemplo à escala da nossa NUT III, como seria por exemplo o da tão desejada via rápida de comunicação com Espanha. Talvez valesse a pena unir-nos para estudar de que maneira, com o nosso esforço comum, mesmo financeiro, dilatado por um período suficientemente longo, num cenário de financiamento múltiplo, europeu, nacional e regional, seria possível agendar rapidamente essa obra de importância capital para toda a Beira Interior.

A ADRACES é um elemento activo desta estratégia?

A ADRACES tem sido e deve continuar a ser elemento activo da dinamização das estratégias dos Municípios da BIS (Beira Interior Sul).

É uma instituição que já demonstrou ter um corpo técnico de alta qualidade. Devemos continuar a apoiar fortemente para que se aproveitem bem todos os programas e sejamos capazes de dar respostas qualificadas às oportunidades que surgem. A ADRACES é braço direito das Câmaras para conceber e executar projectos diversos, úteis ao desenvolvimento social, cultural e económico dos nossos territórios, para além de ser instrumento importante para a promoção internacional da nossa identidade e imagem através das múltiplas parcerias que tem vindo a desenvolver a nível da Europa e não só. ❁



O grande caçador da “sabana”?

Desde há muito que fazia intenção de visitar um velho amigo de aventurosas jornadas africanas. Não nos vemos há mais de 30 anos. Só muito recentemente soube do seu regresso às origens ali para os lados de Salvaterra do Extremo. Finalmente, conseguimos marcar encontro. Após as efusões sentimentais da praxe, o “Hipó” (era assim que o tratávamos por lá por causa da sua baixa estatura e mania de andar sempre de braços abertos a “voar baixinho” como os hipopótamos da história), não resistiu à curiosidade e perguntou: — mas então, o que é que te traz por cá?

— Olha...venho falar com o teu Presidente, conheces? — É pá, lá conhecer não conheço, mas tenho ouvido por aí umas histórias meio estranhas... invenções!

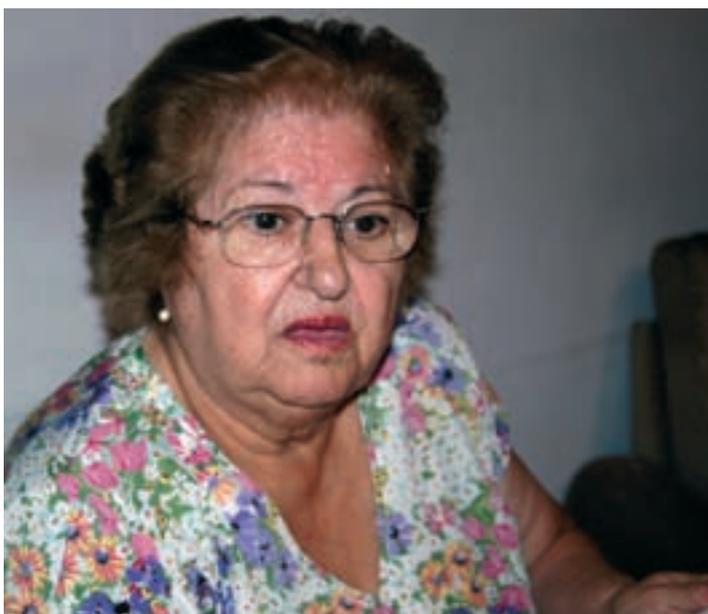
— conta... conta... — diz-se que o homem, que sempre tem andado pelas “lhanuras”, pelas planícies, pelas “sabanas”, do Alentejo aqui à nossa campina, daqui para a sabana africana do Uige e de lá para cá de novo, ganhou-lhe o gosto e o fascínio pela contemplação dos grandes espaços abertos e de vez em quando, dizem...que o vêem ao alvorecer, sentado lá no alto das muralhas do Castelo, em pose de Leão, de crina levantada, salvo seja, forte e sereno, perscrutando os céus da campina, pronto a caçar qualquer ave de rapina, autóctone ou estrangeira, que pretenda atacar os nossos rebanhos. Eu acho que isto são invenções, mas... na dúvida, já o olho como “O Leão da Idanha”, grande caçador da nossa “sabana”. ❁

Era uma simples catraia e já o som cadenciado das batidas do adufe lhe causava uma espécie de hipnotismo dos sentidos. Ainda hoje, quando olha para os bancos de pedra ou para as soleiras das portas das casas mais antigas, que serviam antigamente de ponto de reunião para duas ou três mulheres percutirem o instrumento raiano, lhe parece ouvir as batidas, como se a pedra ganhasse vida. Desengane-se quem pensa que a paixão de Bernarda Lourenço pelo adufe e por todo o folclore raiano se esgotou quando as primeiras dificuldades se levantaram à sua frente. Bernarda sempre soube levar os seus objectivos por diante. Mesmo na adversidade. Mesmo na juventude, quando os desejos mais ímpetos são quase sempre de natureza efémera. Hoje, Bernarda Lourenço conta com 77 anos, mas o seu espírito voluntarioso de luta pelas tradições da terra mantém-se intacto. Esta filha da vila de Idanha-a-Nova, de fortes convicções e de mentalidade arejada, estipulou que o seu trilho de vida assentaria na descoberta, na preservação e na valorização de todo o património cultural do concelho.

lições com uma nova turma, prolongando-se o horário até às 19 horas. Com o surto de migração da população rural para as grandes metrópoles do litoral que se instalou após a Revolução de 25 de Abril de 1974, o Interior começou o seu passo vagaroso, mas obstinado, para o despovoamento. Receando que a escola da Senhora da Graça encerrasse por falta de crianças, e que fosse colocada longe da sua Região, Bernarda Lourenço não hesitou em concorrer para o estabelecimento de ensino primário de Idanha-a-Nova, onde

Bernarda Lourenço

A professora dedicada que colocou o adufe na memória viva raiana



ADRACES

ENSINAR A TOCAR ADUFE NA ESCOLA

Era ainda uma criança quando o seu pai faleceu. Com apenas 12 anos, mudou-se para casa de uma tia, que lhe assegurou a segurança financeira suficiente para que os estudos não fossem relegados para segundo plano. Chegada à maioridade, entrou para o Colégio, na altura recentemente aberto, em Idanha-a-Nova, o que lhe ditou o início do gosto pela carreira do ensino. Foi, portanto, com naturalidade, que ingressou poucos anos depois no Magistério em Évora para se formar em professora primária.

Já formada e depois de um primeiro e único ano lectivo a leccionar no Tortosendo, freguesia da Covilhã, Bernarda Lourenço palmilhou, nos tempos que se sucederam, grande parte das povoações do concelho de Idanha, até se fixar na Escola Primária da Senhora da Graça por um período extenso de 17 anos. Considera que foi, talvez, a época mais esgotante da sua vida. Chegou a ter 47 alunos com as quatro classes na mesma sala e, à noite, arranjava ainda tempo para dar aulas a adultos. Anos houveram, também, que trabalhava em desdobraimento. Começava com um grupo de miúdos das 8 até às 13 horas e, após uma refeição rápida, corria até outra aldeia para daí a meia hora dar início às

conseguiu entrar e permanecer até à data da sua aposentação.

Tudo começou quando um punhado de idanhenses, onde Bernarda Lourenço se incluía, decidiu apostar na continuidade do Rancho Folclórico da vila, que até ali fazia actuações esporádicas. O desiderato consistia em revigorar os cânticos da Idanha, que aos poucos se estavam esfumando, e em afirmar o valor do toque do adufe, que sempre esteve conotado negativamente como “o instrumento do povo”. Mas, que fazer, quando as próprias mulheres raianas, que habitualmente tocavam o pandeiro, não queriam ser identificadas com ele? Bernarda Lourenço encontrou a solução.

“Nos últimos anos em que estive a trabalhar como professora, fundei o primeiro curso de adufe. Arranjei duas senhoras que sabiam tocá-lo e que passaram a ensinar todas as crianças que integravam as minhas turmas”, explica. E, embora o adufe tenha sido durante largos anos um instrumento tocado exclusivamente por mulheres, fossem meninas ou meninos, em todos os alunos lhes tentou infundir o gosto pelo pandeiro da Raia. Tarefa que conseguiu alcançar com êxito. “Ainda hoje tenho um miúdo com seis anos no Rancho”, diz, com orgulho espraçado no sorriso.

A ALMA DO RANCHO FOLCLÓRICO

Envidou esforços numa recolha exaustiva das quadras cantadas em honra da Senhora do Almortão, padroeira de Idanha-a-Nova. Neste momento, detém um espólio de mais de 100 versos, que recolheu pelas freguesias do concelho, e que tem ensinado às adufeiras do Rancho Folclórico.

vai aguentando por mais uns tempos. “Tenho medo que tudo o que consegui conquistar se perca. Procuo com afínco alguém que queira tomar conta do Rancho. Senão os ensinamentos vão terminar, as pessoas acabam por morrer, e o dinheiro foi gasto em vão em fatos e instrumentos que ficarão para as traças”, lamenta, acrescentando que ninguém, até ao momento, se mostrou disponível para substituí-la na direcção do Rancho.

A tarefa complica-se mais quando a pessoa tem de ser suficientemente forte para lidar com problemas financeiros



ADRACES

As modas, cantigas próprias de Idanha que as moças cantavam nos largos das povoações entre o dia 8 de Dezembro e quarta-feira de Cinzas, procurava sabê-las junto da mãe, das tias e de outras mulheres com quem convivia. A juntar a essas, sabe de cor todas as modas que estão presentes no livro da “Etnografia da Beira Baixa” de Jaime Lopes Dias.

Bernarda Lourenço conhece ainda um infindável número de histórias, lendas, costumes e tradições da Raia, que sempre está disposta a partilhar com as gentes mais curiosas.

Mas, o empenhamento de Bernarda é igualmente visível no trabalho que, desde 1974, tem desenvolvido no Rancho, do qual é presidente há cerca de 13 anos. Não falha um ensaio, todas as sextas-feiras, pelas 21 horas. Sai com o grupo quase todos os fins-de-semana, às vezes para bem longe do concelho e do país. Nessas horas carrega sempre consigo a preocupação por ter 25 pessoas sob a sua responsabilidade.

No entanto, Bernarda sente que a azáfama das saídas já começa a consumi-la de cansaço. Não raras vezes, lhe escapam desabafos que denunciam a sua vontade de desistir. “Ah, se abandonar esta casa, acaba-se o Rancho, nós deixamos de vir”, apressam-se a interpellá-la os 25 membros actuais do grupo. E Bernarda lá se

ros e com a escassez de apoios monetários. Só nestas condições, o Rancho poderá continuar a viver. “Ninguém é ninguém sem ter a sua história, que deve a todo o custo ser preservada. Temos levado a história de Idanha-a-Nova a todo o país e a territórios além-fronteiras por intermédio da música e do toque dos adufes da Raia, que é um ritual único no mundo”, realça Bernarda Lourenço. Da nossa parte, esperemos que, em ritmo acertado, as adufeiras continuem a tamborilar o pandeiro da Raia com a sabedoria na ponta dos dedos e com a alma de um povo na voz. ❀

Filipa Minhós



Quiosque da "BIS"

"Nenhum recanto da Beira Baixa representa mais ao vivo a ancestralidade do povo lusitano que esta região raiana"

Provérbios · rezas · lendas · crenças · mezinhas · adivinhas · músicas · poesia popular · hábitos e costumes

Quem avalia quem?

Só com avaliação salvamos a BIS e a Nação... não é? Controlemos... avaliemos... modernizemos... inovemos... e "perguntemos ao vento que passa, notícias da nossa competitividade administrativa e tecnológica... mas o vento só nos diz: – palavras levo-as eu!"

Adaptação absolutamente livre de uma história com barbas, mas muito na moda!

Todos os dias a Rosinha secretária chegava cedinho ao escritório e iniciava com força o seu trabalho. Era muito produtiva e andava sempre alegre.

O chefe tecnológico estranhou a Rosinha trabalhar sem supervisão.

Se ela é tão produtiva sem supervisão, será ainda mais se supervisionada.

Se bem o pensou melhor o fez.

Contratou a Luísa, uma gestora de recursos humanos, que preparava belíssimos relatórios e tinha muita experiência como supervisora.

A primeira preocupação da Luísa foi a de padronizar o horário de entrada e saída da Rosinha.

De seguida, a Luísa precisou de uma secretária para ajudar a preparar os relatórios e contratou uma auxiliar, a Judite, para organizar os arquivos e controlar as ligações telefónicas.

O Chefe tecnológico ficou encantado com os excelentes relatórios da Luísa e pediu também gráficos com indicadores e análises das tendências que eram mostradas em reuniões.

A Luísa, para poder responder ao pedido do chefe tecnológico, contratou o Jorge, um informático e comprou um computador com impressora a cores.

A Rosinha muito produtiva e alegre, começou a lamentar-se de toda aquela confusão de papéis, gente e reuniões!

O Chefe tecnológico concluiu que era o momento de criar a função de gestor para a área onde a Rosinha produtiva e alegre trabalhava.

O cargo foi dado ao Dr. Castelinho que mandou colocar carpete no seu gabinete e uma cadeira a condizer com o seu "status".

O Dr. Castelinho logo necessitou de um computador, ligação à Internet, e uma assistente (sua assistente na empresa anterior) para o ajudar a preparar um plano estratégico de melhoramentos e um controle do orçamento para a área onde trabalhava a Rosinha, que já não andava alegre e se tornava cada dia mais carrancuda.

O Dr. Castelinho, convenceu então o Chefe tecnológico de que era preciso fazer um estudo de clima.

Mas... o Chefe tecnológico ao rever as cifras, deu-se conta de que a unidade onde trabalhava a Rosinha já não rendia como antes e contratou o Eng. Aníbal Calado, um prestigiado consultor muito famoso, para que fizesse um diagnóstico da situação.

O consultor ficou três meses nos escritórios da empresa e emitiu um volumoso relatório, com vários volumes, que concluía: "há gente a mais nesta empresa". Adivinhem quem é que o Chefe tecnológico mandou despedir?

A Rosinha, claro, porque ela andava muito desmotivada e esmorecida!

Moral da história: A Rosinha é o mexilhão desta narrativa, despropositada já se vê, por nada ter a ver com a nossa realidade. ☘



Associações e associativismos da BIS



ANA ALVIM



ANA ALVIM

Enquadramento ao grande tema

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO

Associativismo e Desenvolvimento são duas palavras “floresta”, duas palavras “água”, duas palavras “terra”. Sem entrar na floresta não podemos mostrar a árvore de que falamos, só mergulhando na água se encontrará o peixe de que se fala, sem cavar a terra desconhecemos o peso da enxada!

Torna-se, pois, necessário ir “adentro” das coisas, ao falar de “associativismo e de desenvolvimento”, procurar saber de que associativismos e desenvolvimentos estamos falando.

ASSOCIATIVISMO

Abordemos em primeiro lugar a questão dos “associativismos”.

Os associativismos mais comuns nas nossas comunidades rurais ou urbanas são o desportivo; o recreativo e o cultural – popular consubstanciado nas bandas musicais e ranchos folclóricos; o do amor dos que partiram pela terra natal; o de defesa de direitos e interesses de grupos socioprofissionais; o da defesa dos direitos e interesses de certos grupos de consumidores e produtores; o de ajuda social; o que pugna pela igualdade de género; e, em muito menor grau, o de fins educativos. Mais raramente o associativismo com fins económicos e de interesse colectivo.

Entre todos eles, há interesses e objectivos que se cruzam e sobrepõem, práticas e atitudes muitas vezes contraditórias; quando muito e, na melhor das hipóteses, um virar de costas a todas as interdependências inevitáveis e a todas as complementaridades possíveis e aconselháveis!

Também existem, com alguma frequência, casos em que uma mesma instituição associativa procura abranger a maioria das necessidades dos seus associados ou da sua comunidade, chamando a si a organização dum leque muito abrangente de actividades

culturais, educativas, sociais e económicas, através duma abordagem horizontal e tendencialmente integradora da sua intervenção.

(Parece-me ser este o caso da estratégia da ADRA-CES demonstrada através da grande diversidade de iniciativas que desenvolve).

Para além de todos estes tipos de associativismos e das suas diferentes naturezas, haverá que ter em alta linha de conta:

- as enormes diferenças de democraticidade e transparência do funcionamento interno de cada associação;
- a capacidade e competência, assim como “honestidade e dedicação” das pessoas que as dirigem;
- a abertura permanente às comunidades e ao renascimento dos seus corpos sociais;
- **a questão do associativismo ser de âmbito territorial (duma determinada localidade); ou temático, por referência a uma determinada classe ou grupo profissional trabalhando e vivendo em diferentes comunidades... é duma importância fundamental. Esta diferenciação é decisiva para determinar as características dos efeitos possíveis no desenvolvimento desejado para cada caso.**

A prática demonstra que o essencial do valor de cada experiência associativa, nestas instituições como em qualquer outra da actividade Humana, está na qualidade e capacidade das lideranças. É aí que, como dizia um gestor-consultor meu amigo, a fêmea do javardo torce o apêndice caudal!

Pelo que atrás se deixa muito abreviadamente enunciado, (o espaço não dá para mais), torna-se evidente que nem todos os associativismos influenciam o Desenvolvimento da mesma forma, nem com a mesma intensidade, nem no mesmo sentido e, até podemos admitir que, segundo o conceito de DESENVOLVIMENTO que tivermos, existam “associativismos” prejudiciais ao Desenvolvimento que desejamos... - a nível pessoal ou colectivo? – Outra grande questão que ficará para a próxima oportunidade.



ADRACES

DESENVOLVIMENTO

Ao falar de “DESENVOLVIMENTO”, tomamos por base uma definição muito pessoal do que entendemos por isso:

“Só as pessoas, ao desenvolverem-se, desenvolvem o conhecimento humano que possibilita a transformação e o crescimento de todas as coisas e obras da Humanidade”.

Se, sem o desenvolvimento das pessoas, não é possível transformar nem fazer crescer as coisas e obras... o associativismo, lato senso, ao criar e intensificar relações – humanas, sociais, culturais, profissionais e/ou económicas – entre grupos de pessoas, cria sempre potenciais pólos de Desenvolvimento.

Sublinhamos a importância das relações humanas e sociais, por entendermos que, mesmo com todos os avanços das novas tecnologias de comunicação, a questão da proximidade e da partilha dum espaço vivencial comum, são factores de coesão indispensáveis à transformação dos interesses individuais em vontade colectiva.

É esta a principal razão para, “arbitrariamente” ao estabelecer a ligação entre associativismo e desenvolvimento, prolongar essa associação a um tipo preciso de desenvolvimento que é o “DESENVOLVIMENTO LOCAL”

Mas... como definir o **local** do desenvolvimento?

Se pensarmos no desenvolvimento – processo de evolução do conhecimento humano – como fenómeno específico da raça humana, (será?),

teremos de concluir que o mais pequeno dos “locais” onde se opera o desenvolvimento é no cérebro de cada um de nós.

Porem, cérebro sem corpo não age. Sendo um elemento vital, é total e reciprocamente interdependente dos outros órgãos existentes no nosso corpo, território do nosso cérebro, para que este ganhe vida e vontade unívoca própria.

É por isso que *quem pensa, projecta e anima* o desenvolvimento local, não o pode fazer desligado do seu “corpo.” Desligado do território de que se alimenta e em que se insere.

É da compreensão desta interdependência entre “o Homem que pensa e age e o território que o alimenta,” que nasce a noção de LOCAL ligada ao desenvolvimento.

Passando do plano individual ao colectivo, do “local do homem,” ao “local dos homens” com o conjunto a agir com vontade própria e comum, talvez nos seja mais fácil apreender o significado da noção de “local” quando associada ao verdadeiro conceito de desenvolvimento.

Nesta concepção, o território é inseparável das pessoas que nele e dele vivem, porque um **local onde** apenas se habite, dificilmente pode ser um espaço de **desenvolvimento local “integrado e sustentável”**. Um espaço de desenvolvimento, tal como o sonham todos quantos vêem, nas suas práticas, exercícios de aperfeiçoamento e de reforço da participação activa dos cidadãos, no funcionamento da governação democrática da nossa sociedade. ☘

Kit mínimo para a sobrevivência das associações

INTRODUÇÃO: PROBLEMA E SOLUÇÃO

Este texto foi escrito a pedido de um companheiro, velho militante da causa do desenvolvimento local, que está agora, digamos, a **Viver vidas e veredas da raia**. Faz pouco tempo, Camilo Mortágua telefonou-me, dizendo que gostaria de dar à estampa um número cujo grande tema seria o associativismo. Ofereceu-me, então, um problema-oportunidade: que escrevesse, por exemplo, sobre a distinção que importaria fazer entre as Associações para o Desenvolvimento Local (ADLs) e as Associações Locais para o Desenvolvimento (ALDs).

Sem dúvida, esta distinção é pertinente. Merece clarificação e aprofundamento, mas não fiz caminho por aqui. Tendo presente tanto o ambiente hostil que não raro mata as associações, como as suas próprias fragilidades, decidi buscar solução (para o problema-repto que me foi lançado) numa reflexão algo teórica sobre os seus primeiros alicerces. Escolhi, então, a questão: quais os requisitos mínimos para a sobrevivência das associações? A resposta a esta questão poderia igualmente contribuir, pelo menos um pouquinho, para fortalecer a acção colectiva e a cooperação dentro das associações (e mesmo entre elas), desideratos vitais num país cuja democracia é ainda incipiente.

A solução antevista luzia, mas o problema crescia à medida que o prazo curto se esgotava, pois escrever é reescrever, mais do que outra coisa qualquer. Ou, como dizia recentemente António Lobo Antunes¹, “o problema não é escrever, é corrigir”. Ora, este texto berrou – alto e bom som –, por mais maturidade. Mas não lhe dei ouvidos. Ouvi antes a voz interpeladora de Camilo Mortágua e, sem sazonalidade, remeti-lhe o texto. Para sossego do leitor e quietude do meu espírito, agarro-me à ideia dum eventual retorno a este terreno raiano para aplanar o que, porventura, aqui fique mal lavrado.

TRÊS PRIMEIROS ALICERCES

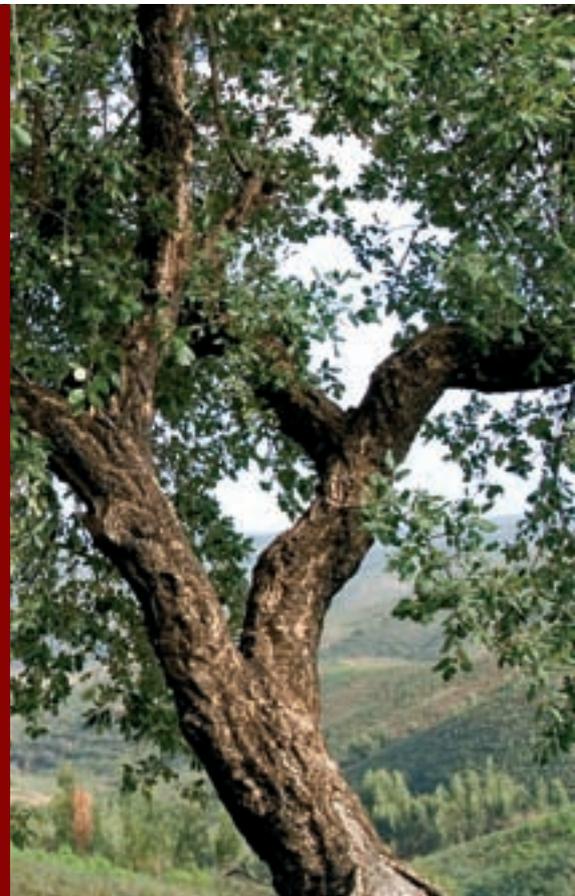
Antes de mais, importa atentar em duas ideias-base. Em primeiro lugar, sendo certo que cada associação tem uma história e uma identidade específica, é igualmente verdadeiro afirmar que parti-

lha com todas as outras certos traços arquitectónicos essenciais. Em segundo lugar, para além das suas singularidades, as associações são organizações. Tal como os restantes tipos de estruturas organizativas, elas possuem os seguintes pilares: têm fins e membros (fundadores com lógica de missão; e participantes, com lógica de organização ou funcionamento); nelas se acha a divisão de tarefas e a coordenação global destas; por fim, é ainda observável que há certa confiança numa duração estável². As associações não nascem hoje para declinar e falecer amanhã, tal como não se acende uma luz para a tapar.

Assim, servem à reflexão presente as perspectivas teóricas clássicas sobre a cooperação ao nível das organizações, designadamente o contributo de Chester I. Barnard³. Deitarei mão à observação e experiência própria, mas vou recorrer de modo particular àquela fonte. Como ali se lê, em toda e qualquer organização se acham como condições necessárias e suficientes da sua existência inicial (inicial, note-se) as seguintes:

- um dado conjunto de pessoas capazes de comunicar entre si;
- uma vontade, maior ou menor, mas sempre suficiente para se decidirem a cooperar;
- um propósito final comum, uma meta que se deseja atingir em conjunto, isto é, a partilha de um objectivo último a alcançar.

Em suma, na eclosão associativa surgem como alicerces primeiros a comunicação, a



ANA ALVIM

predisposição a cooperar, e o fim comum. À medida que uma associação se consolida, cresce e desenvolve, tornam-se indispensáveis outros pilares, mas dessa outra sustentação não trataremos aqui e agora.

COMUNICAR, DIALOGAR, É UMA PRIORIDADE

Atentemos num primeiro requisito para que uma associação sobreviva, o qual, mesmo sendo mínimo, é difícil de atingir. Achar um certo grupo de pessoas capazes de *falar a mesma língua* é limiar exigente, que reclama tempo, conhecimento mútuo e a construção a pulso duma visão comum. Ou seja, não há falar, mas falares: o falar barato; o falar ao coração; falar à boca pequena e à boca cheia; o falar alto, o falar com cabeça, com o pescoço, com lágrimas na voz; o falar com os seus botões e por aí adiante. Além disto, que não é pouco, o que dizer do ouvir? Uma coisa é ouvir e, outra, bem diferente, é escutar. Assim, há palavras que entram por um ouvido e saem por outro, tal como há anúncios ou notícias que entram pelos olhos adentro, mas saem pela nuca.

Aplainar e polir uma visão do mundo, e de nós próprios nele, e modelar um dizer comum é labor esforçado que começa pela questão do grau de confiança entre os interlocutores. Confiança esta que reclama horas e horas e, até mesmo, provas dadas. É preciso começar por partir pedra,

muita pedra. Faz falta demolir estereótipos. As pessoas podem reunir-se, sim, mas tão só fisicamente, algumas delas pondo-se na retranca, e outras permanecendo em atitude reservada, do tipo esperar para ver.

Ser capaz de comunicar, tanto para dentro como para fora da associação, não é um saber-fazer de somenos, sendo isto válido tanto para os líderes como para os restantes membros. Trata-se de capacidade que é, em regra, sub-estimada, incompreendida e mesmo negada pela *praxis* diária de muitos. Indaguemos: como pode bem comunicar, mesmo só com a sua associação, o dirigente que se presume tão capaz, ou importante, que chega ao ponto de assumir simultaneamente a direcção de várias outras organizações? Isto parece ser um padrão comum. Pelo menos entre cooperativistas e autarcas conheço variados casos de lideranças múltiplas. Como pode ter um bom diálogo interno aqueloutro *primus inter pares* que, quando instado a reunir-se com algum técnico de dado ministério, afirma – sem hesitar –, “a direcção sou eu” e, depois, reúne a sós com esse interlocutor? Como pode interagir eficazmente, mesmo só para cá da raia associativa, o dirigente que é um *homem dos sete instrumentos* e que se sobrepõe aos outros nos seus papéis de técnicos de campo, de secretariado, de contas, ou de relações públicas? E que dizer do presidente da direcção que, feito programador de cima-para-baixo, se isola e fica sem tempo para conversar com os “seus” técnicos e, para além destes mais próximos, ignora os restantes sócios?

Líderes deste tipo, ou associados que falam entre dentes e nas costas deles, revelam ter uma noção pouco clara das suas missões na organização; são reprodutores de modelos de organização e funcionamento que amiúde contestam, mas só por palavras; e, evidentemente, são maus comunicadores. Ora, em associações vivas e sustentáveis, pelo contrário, o diálogo (intra e extra-muros) é uma urgência quotidiana. Não se trata de paleio para cá, paleio para lá, nem dum falar por falar, mas sim de palavra que puxa palavra e vai alimentando trabalhos, silêncios e o entendimento sem palavras. Fala-se, então, com os olhos.

1 Entrevista dada a Judite de Sousa, RTP-1, a 26 de Outubro de 2006.
2 Filleau, Marie-Georges e Clotilde Marques-Ripoull, 2002. *Teorias da Organização e da Empresa: Das Correntes Fundadoras às Práticas Actuais*. Oeiras: Celta Editora.
3 Chester I. Barnard (1970), “Cooperation”, in Oscar Grusky and George A. Miller (ed.), *The Sociology of Organizations – Basic Studies*, New York: The Free Press.



ADRACES

UNIR A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL AO OBJECTIVO COLECTIVO

Atentemos agora na determinação “suficiente” em cooperar por parte das pessoas. Ou, ao invés, à sua falta de raça, ou garra; ou de fibra, ou nervo. Ou, como diriam os britânicos, à falta de vísceras (*the guts*).

Para muitos a cooperação é uma questão de se ter, ou não ter, algo sempre indefinido, a que chamam o espírito associativo. Ou, o que é praticamente a mesma coisa, é caso de se possuir, ou não, uma *mentalidade individualista*. Estarei enganado, mas parece-me que o problema é outro, e completamente diferente. Não se trata da apropriação dum estado, mas sim do desencadear e dinamizar dum processo. Não se trata de deter coisa incerta e vaga, uma esfumada incorporalidade, mas, pelo contrário, de ir construindo e vivendo algo muito concreto, de sentir o espírito de corpo – o corpo é matéria, note-se – o qual é gerado pela materialização do objectivo colectivo, tal como sucede a cada jogador duma equipa quando o golo na baliza adversária acontece. Cada triunfo intermédio que se alcança anima e move o indivíduo-no-grupo. Igualmente, mobiliza este mesmo grupo para a luta esforçada até à vitória final. Em poucas palavras, cada pessoa, que é sempre um ser social, é simultânea e potencialmente individualista e colectivista. Cada eu é um eu e as suas circunstâncias, e para além dos valores sociais que aceita, tem hábitos arreigados pela (falta de) educação e detém certos interesses. Assim, cada elemento numa organização está sempre entre um “eu” e um “nós”, avaliando para si mesmo quais os custos e benefícios que lhe cabem em sorte nesse todo social. Ciente disso ou não, e melhor ou pior, vive uma tensão entre o eu-comigo e o eu-com-os-outros, não deixando de ser condicionado, de algum modo, pela atmosfera grupal. Ora, esta pode ser negra e pesada, irrespirável. Ou, ao invés, luminosa e inspiradora de compromisso, solicitude e denodo.

Tanto casos de sucesso, como de fracasso, na constituição e funcionamento de associações podem explicar-se, pelo menos em parte, se admitirmos a ideia de que todo o indivíduo pré-aderente,

ou membro efectivo, pode ser visto como tendo, digamos, uma personalidade dupla. Qualquer um está sujeito a, e dividido entre, pelo menos, dois pólos de forças, potencialmente opostas, achando-se o indivíduo repuxado nas suas complicitades e solidariedades. Por um lado, temos a lealdade para consigo mesmo, os próprios interesses e as conveniências associadas dos que lhe são próximos. Por exemplo, familiares, amigos, credores e outros patronos. Por outro lado, a lealdade à associação, a solidariedade face aos interesses comuns aos restantes elementos da mesma unidade colectiva.

Ora, num plano imediato, próximo, ao nível das situações reais, concretas e específicas (isto é *in loco*, no terreno, na prática), o objectivo da organização acaba por dizer muito pouco ao indivíduo. A missão da associação, a sua finalidade última, torna-se uma expressão relativamente distante e abstracta, uma série de palavras tradutoras de boas intenções, de propósitos magnânicos mas com pouco significado concreto e imediato para o consócio. Por muito que custe ao nosso idealismo e voluntarismo, o que bem lá no fundo lhe interessa, o que pesa afinal para ele, é o elo da organização consigo mesmo. A relação é – ou melhor, vai sendo –, crescentemente forte, ou frôxa? O nó vai sendo apertado, ou desfeito? Ou seja, o que se ganha, perde, ou empata no dia-a-dia da vida da agremiação? Ou, por via da filiação, o que se supõe vir a ser o ganho futuro, ou a perda, ou o im-



ADRACES

passa? Por outras palavras, mais dia menos dia, o membro potencial ou titular interroga-se: quais são e como se traduzem as (sobre)cargas, custos e riscos que esta “minha” associação impõe sobre mim mesmo? quais são e como se materializam os benefícios, dividendos, créditos e a segurança que esta “minha” liga me concede, ou me pode vir a dar?

Tenha-se ainda presente que esta avaliação se faz em termos de alternativas colocadas pelo “mercado da filiação” ao membro potencial e ao titular. Qualquer um deles pode ter acesso a opções concorrentes. Uma, sempre à mão de semear, é auto-excluir-se e permanecer isolado, dizendo para os seus botões: *mais vale só do que mal acompanhado*. Uma outra escolha será ainda o que poderemos chamar de individualismo polarizado, o qual se nutre de ligações próximas, privilegiadas, quiçá clientelares, com indivíduos-chave no aparelho estatal e/ou partidário, ou com figuras influentes noutros círculos e redes. Outras agremiações, grupos e movimentos sociais poderão competir pela adesão e participação dos cidadãos. Basta lembrar as empresas, os clubes, as confrarias, as igrejas e as sociedades secretas. Há gostos para tudo e não faltam fins e causas defensáveis.

Na óptica individual a pergunta sobre os custos e benefícios reais facultados pelas diversas alternativas é, pois, muito concreta e exige uma resposta precisa e tangível. Sou dos que crêem na força do espírito,

mas parece-me que nada adianta falar em espírito de cooperação se não há efectivamente nem matéria de cooperação, nem o respectivo benefício líquido. Dado que uma organização começa por ser constituída por pessoas não é imaginável que existam interesses colectivos puros e exclusivos, sem sombra de vestígio de interesses pessoais. Haverá sempre, pelo menos, uma minoria de indivíduos satisfeita com os proveitos que individualmente retira da associação. É impensável uma fusão total entre a motivação individual e o interesse colectivo. Ou seja, não se deve assumir que tais elementos são necessariamente idênticos. Ou necessariamente contraditórios. Por muito que custe aos ideólogos do associativismo ou cooperativismo, na vida real só muito excepcionalmente esta identidade se funde e consubstancia de modo pleno. Na prática é raro acharmos casos onde o propósito organizativo, a finalidade comum, seja a única, ou mesmo a maior, motivação do indivíduo. Esta é por definição pessoal, subjectiva. A finalidade comum, a meta da organização é inevitavelmente algo externo, impessoal, sujeito à interpretação subjectiva de cada consócio. Ou à visão particular de certas “alas” ou “sensibilidades”.

Repito: cada elemento numa organização está sempre entre um eu e um nós. Sempre, quer dizer sempre. Assim sendo, temos de distinguir entre a motivação individual (e a racionalidade e a emoção que a sustenta) e o fim comum. Se os dois elementos estão presentes, a cooperação não é só, nunca é só, uma questão de haver, ou não, *espírito de cooperação*; de existir, ou não, uma *mentalidade individualista*, mas sobretudo uma questão de ajustamento, de compatibilização e de consonância entre os interesses individuais e os colectivos, não raro ambos legítimos. Mas mesmo admitindo a existência e pujança de tais atributos individuais, sempre se poderá arguir que não serão estáticos, que poderão mudar no decurso da vivência e experiência associativa. Não sendo isto fácil, é possível. Embora isto não seja alcançável de uma vez por todas, pode ser obtido e reforçado ao longo do tempo. Não conhecemos nós associações em que cada um não olha só aos seus próprios interesses? Não experimentámos já, nós, o que é uma alma comum, um mesmo e único sentir?



ADRACES

VIGIAR CONSTANTEMENTE A META FINAL COMUM

Dissemos acima que o diálogo portas adentro e com o exterior é comportamento saudável para toda e qualquer organização, e o mesmo se pode dizer quanto à integração das motivações individuais nos propósitos associativos. Estas práticas são interdependentes, e sem elas correm-se riscos de dor, declínio e morte das colectividades. Passemos, por fim, a um outro umbral de sobrevivência para qualquer organização: a fixação do propósito final comum.

À primeira vista esta condição basal não parece ter nada de extraordinário, mas, em boa verdade, assim não é. Isto, por muitas e variadas razões. Por falta de espaço, digamos só que, amiúde, não há uma única meta, mas várias; e que elas podem ser interdependentes e até mesmo conflituais. Mais, os fins a fixar são função dos meios próprios (se a manta é curta, destapam-se os pés ou a cabeça...) e ainda de recursos alheios. Além disto, que não é pouco, os objectivos dependem mesmo de factores imponderáveis. Há o acaso, a sorte. A boa e a má. O fim excelso do lucro máximo numa empresa, por exemplo, tem de ser conciliado com as metas essenciais e interdependentes da sobrevivência no mercado e da recompensa “razoável” dos accionistas, gestores e demais “colaboradores”, ou “trabalhadores” (os termos utilizados dependem do falante). Isto sob pena de falência e, portanto, de negação do dito objectivo excelso. Os propósitos

comuns de qualquer agremiação podem ainda variar ao longo do tempo, consoante o bom ou mau desempenho de parceiros e adversários. À partida, só os grandes clubes de futebol almejam chegar ao primeiro lugar no final do campeonato, e isto assim é só até certa fase (até quando é matematicamente possível...). À medida do correr do tempo, a redefinição das metas é geral: nos escalões do topo, do meio e do final da tabela. É consabido, há sempre uns tantos que ficam satisfeitos com o facto de alcançarem a meta da salvação da honra do convento.

No quadro contingente e repleto de incertezas que é “a realidade”, convém ser “realista”, não ter expectativas desmesuradas. O máximo raia o lirismo e até o óptimo é inimigo do bom. Torna-se, assim, vital fixar metas comuns que sejam colectivamente “razoáveis”, ou “satisfatórias”, bem como vigiar constantemente o curso da acção. Nada disto é fácil, mas é vital para avançarmos e para entendermos o acaso, mais os motivos dos fracassos e dos êxitos. Ou seja, para se achar quais as razões dos desvios positivos e negativos face às fasquias estabelecidas.

À GUIA DE CONCLUSÃO: TER “FÉ” TAMBÉM É PRECISO

Aqui e agora, tomei como caderno de encargos o pensar (embora um pouco a correr...) os alicerces para o arranque da obra que se designa associativismo. Insisto, abordei somente a fundação inicial desse edifício e sublinhei a interdependência dos três alicerces indicados: o objectivo comum, o diálogo e a predisposição à cooperação. Relativamente a esta condição de partida, ainda melhor seria falarmos em solicitude, ou seja, em atitude de zelo e empenho, bem como de afã constante, mesmo sendo este discreto.

À guisa de conclusão importa também dizer que não basta lembrar aos consócios, com cabeça fria, estes requisitos mínimos; não chega recordá-los e proclamá-los como indispensáveis, mesmo com muita paixão e força de vontade. Uma outra condição é igualmente necessária: ter fé. Sim, acreditar - e acreditar sem conta, peso e medida - que a meta final comum é alcançável. Sem isto, nada. Mas, não sabemos todos nós que há montanhas que se movem? ☘

José Portela

*Professor no Departamento
de Economia,
Sociologia e Gestão
Investigador no Centro de
Estudos Transdisciplinares
para o Desenvolvimento
Universidade
de Trás-os-Montes
e Alto Douro*



ANA ALVIM

O Associativismo Local e o Património Cultural na Beira Interior Sul¹

As Associações Culturais, em termos conceptuais, podem ser consideradas Processos Museológicos² (não se confundindo com os Museus propriamente ditos) quando desenvolvem acções de preservação, estudo e/ou comunicação sobre parcelas do património cultural local; quando procuram o desenvolvimento local com base no património; quando efectuam acções de sensibilização em relação à identidade e ao património através da educação patrimonial e quando desenvolvem o processo de transformação do objecto em documento através da atribuição de significados. A estas acções podemos chamar “acções museológicas socializadas”³.

Analisadas no terreno as Associações Locais que, na Beira Interior Sul, trabalham com o património (natural e cultural, material e imaterial)⁴, verificámos que desenvolvem concretamente as seguintes acções de âmbito patrimonial e de carácter museológico:

- A valorização e utilização dos recursos locais, recorrendo ao potencial patrimonial e ao potencial humano locais sem recursos e entidades ou personalidades exteriores.
- A sensibilização e educação patrimonial que incluem as actividades que visam chamar a atenção de um determinado público ou da comunidade local para a existência de património cultural relevante e para os cuidados necessários com a sua preservação.
- A valorização de antigos saberes é feita em cursos e workshops, festivais etnográficos e exposições onde as actividades profissionais em desuso ou já desaparecidas são dadas a conhecer à comunidade.
- A reabilitação das actividades tradicionais locais.

- A educação ambiental conseguida pelas actividades de divulgação e campanhas de sensibilização relativamente ao património natural.
- Finalmente as acções de análise e reflexão sobre o património originando produção do conhecimento e expressas nos inúmeros livros publicados e sites presentes na Internet e na organização de seminários e conferências com a participação de especialistas convidados.

Que pretendem as Associações Culturais quando desenvolvem estas iniciativas? Concluímos que procuram a definição ou criação de uma identidade local; a geração de dinâmicas que possibilitem o emprego nas localidades de implantação da associação; a ocupação dos tempos livres das populações; a dinamização social e cultural da terra; o aumento das competências individuais; a fixação da população; o aumento da autoestima da comunidade local; a valorização e divulgação do património local; o desenvolvimento económico local e o aumento do turismo. Apesar de desenvolverem estas acções que consideramos como museológicas do ponto de vista da nova museologia, a maioria das associações culturais não as considera nem reconhece como tal e inserem as suas iniciativas no âmbito da acção e intervenção social. Contudo, devemos ter em mente que a preservação, valorização, divulgação e fruição do património não passam só pelo modelo museal. Existem outras possibilidades de gestão do património e as Associações Culturais podem desempenhar, e algumas desempenham já, um papel importante no reconhecimento e identificação do património local; na criação de uma consciência patrimonial local; na localização de patrimónios em risco; no desencadear do processo de apropriação do património pela comunidade; na criação de uma identidade cultural local; na preservação dos patrimónios imateriais mantendo-os vivos na comunidade e, o mais importante, como garante da participação efectiva e igualitária dos cidadãos na selecção dos bens patrimoniais que entendem dever transmitir às futuras gerações. ✿

Aida Rechená

Mestre em Museologia

Directora do Museu de

Francisco Tavares Proença Júnior

¹ Texto adaptado da dissertação de mestrado em Museologia: “Processos Museológicos Locais – Panorama Museológico da Beira Interior Sul” – defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, em Outubro de 2003.

² Processo Museológico é o conjunto de procedimentos e factores que possibilitam que parcelas do património se transformem em herança cultural, na medida em que sobre elas recaem as acções museológicas de pesquisa, preservação e comunicação.

³ Relativamente às “acções museológicas técnicas” como a pesquisa, recolha, conservação, documentação, inventário, exposição, publicação e divulgação.

⁴ Foram analisadas 13 associações de tipologias diversas que realizavam trabalho na área patrimonial.

Associações da Raia:

Sabemos de antemão que o associativismo que se faz e, principalmente, se VIVE nesta Região, não é de fácil trato, nem a nossa selecção aleatória dos casos em análise pretende afirmar-se como metodologia de aplicação prática dominante para as outras colectividades. Cada caso é um caso, e esta reportagem só tem valor na medida em que descreve a diversidade e riqueza da realidade associativa do território da BIS, abrindo assim os espíritos daqueles que dirigem ou podem vir a assumir, futuramente, a direcção de uma associação. Tudo isto na senda do bem comum do desenvolvimento das comunidades de uma Raia que se quer bem viva, principalmente para as populações que ainda a habitam ou para os que a visitam.

Numa altura em que a valorização do património natural e cultural continua a ser uma realidade apagada e pouco difusa, apostar na criação de associações ambientais parece ser a tendência actual. O desiderato consiste na protecção do rico espólio de bens patrimoniais do território da BIS, que sempre esteve tão esquecido na memória das nossas gentes locais. Uma tarefa de contornos complicados, sobretudo quando as colectividades pretendem sensibilizar as pessoas para a importância comunitária que devem ter os artefactos culturais e a natureza envolvente, que sempre constituíram parte inerente de um quotidiano despreocupado no que concerne às questões patrimoniais e ambientais.

Paralelamente, começa a nascer uma consciência colectiva de que todo o universo tradicional raiano

se está a diluir num envelhecimento progressivo que, se nada a seu tempo for feito, resultará numa morte anunciada de territórios, pessoas e tradições. Perante tal cenário, a BIS assistiu à constituição de um grande número de associações ligadas à defesa da sua etnografia, como forma de perpetuá-la pelas gerações vindouras. Aqui tem particular importância a sabedoria dos velhos da Raia como memoriais das aldeias, como fontes inesgotáveis de cultura popular e tradicional dos seus territórios.

Actualmente, as actividades ligadas à preservação de histórias e de tradições da Beira, as recolhas etnográficas, a recuperação de edifícios com elevado valor patrimonial e a protecção do meio natural, nomeadamente através da manutenção de redes de percursos, começam a atrair o interesse das populações locais e, mais curioso, de turistas provenientes das mais diversas regiões do País, que ficam extasiados com a beleza e riqueza da geologia e etnografia da Raia. Não de somenos importância é o facto de os poucos jovens que ainda residem na BIS principiarem a ficar sensibilizados pela genuinidade da Região e mobilizados para o voluntariado associativo em prol dos interesses comunitários dos seus territórios. Foi, aliás, a pensar nos jovens ain-



ANA ALVIM

casos ao acaso

da resistentes à tendência generalizada de fuga aos meios rurais, que nasceram colectividades de âmbito cultural e desportivo, viradas para actividades de cariz mais lúdico e pedagógico. A instalação de computadores com acesso à Internet, bem como o acesso a um rol de novas tecnologias tem sido a forte aposta das associações juvenis e culturais. Mas a leitura também não tem sido descurada. Quase todas as sedes têm montadas pequenas bibliotecas, com títulos que podem ser requisitados pelo público em geral. E, por fim, o desporto. Desde o respeito do futebol até às modalidades desportivas mais radicais, todos têm tido encaixe nas actividades desenvolvidas pelas agremiações que colocam o desporto em primeiro plano.

A ideia de associativismo, como reunião de pessoas para a prossecução de um fim comum, ganha novo brilho com o aparecimento das reservas associativas de caça e pesca desportivas. A variedade de espécies piscícolas, mas principalmente a diversidade da cinegética da Região raiana têm atraído caçadores de todo o país e, conseqüentemente, durante toda a época de caça, nova revitalização económica e social para a BIS.

Toda esta rede complexa dos movimentos associativos raianos e das motivações que conduziram ao seu aparecimento não pode ser resumida apressadamente em meia dúzia de parágrafos. No entanto, ficam alguns apontamentos relativamente ao

seu funcionamento – peculiar –, sobretudo quando pensamos na quantidade significativa de associações no activo para um território a braços com um crescente despovoamento. Como explicar tamanha abundância de colectividades para tão poucas pessoas?

Américo André, dirigente de uma das associações casualmente escolhidas para figurar na VIVER, parece ter a resposta: **“o nosso concelho e distrito é muito rico em associativismo, porque conforme as dificuldades foram surgindo as pessoas foram-se associando. As colectividades que tiveram a sorte de ter bons líderes desenvolveram-se, outras foram morrendo e muitas estão, neste momento, paradas.**

Esperemos que esta pequena amostra aleatória de colectividades traduza um conjunto de interesses e problemas que são, afinal, comuns a todo o universo associativo da Beira Interior Sul. É necessária uma maior interacção entre associações e entre associações e comunidade local, para que se possa almejar um território com forte consciência cultural, tradicional e patrimonial, que orgulhe todos aqueles que não abandonam a sua velha Raia, que tão olvidada tem estado no mapa nacional.

Caminhando por entre natureza e património da BIS

ASSOCIAÇÃO OUTREM

Data de Fundação: 1988

Presidente da Direcção: José Carlos Moura (sócio-fundador)

Âmbito: Protecção ambiental e patrimonial

Principais actividades: Percursos pedestres marcados e rotas temáticas, aulas de natureza para escolas, desportos de acção e aventura

Número de associados: 60

Apoios: Câmara Municipal de Castelo Branco e Instituto Português da Juventude

Sede: Castelo Branco

Um grupo de 20 jovens professores recém-licenciados decidiu apostar na criação de uma associação ambiental, que se especializou fortemente na organização de passeios, através de percursos marcados e rotas temáticas.

No entanto, a fragilidade assenta em tornar estes passeios num negócio rentável. Para que os percursos possam ser transformados num produto comercial com alguma escala, a associação defende que é indispensável a construção de um Centro de Interpretação da Natureza junto do rio Ocreza, um dos locais mais visitados durante o ano, com cerca de 500 participantes nos vários percursos e rotas efectuados pela associação ao longo do vale do rio. Para além disto, uma boa divulgação nacional do produto, a criação de pacotes de actividades, em que estejam incluídos as refeições e o alojamento, e uma conjugação de interesses e potencialidades de toda a região são também condições obrigatórias para que possa nascer uma estrutura integrada e sustentável.

Enquanto isso não acontece, a Outrem dá a conhecer a crianças em idade escolar as plantas protegidas de todo o Vale do Rio Ocreza, através de passeios. E aposta ainda nos desportos de acção e aventura, como sejam a canoagem, o tiro ao arco, a escalada e o pedestrianismo, conseguindo angariar cada vez mais adeptos de uma vida saudável em comunhão com a harmonia da natureza e com o deleite de conhecer toda a herança cultural do povo raiano.

José Carlos Moura



Terapia com burros

ASSOCIAÇÃO TERRAS DA RAIA

Data de Fundação: Setembro de 2004

Presidente da Direcção: Pedro Rego (sócio-fundador)

Âmbito: Animação sócio-cultural, Turismo e Terapia Ocupacional

Principais actividades: Rancho folclórico, actividades turísticas, pedagógicas e terapêuticas com recurso à utilização dos burros, recolhas etnográficas

Número de associados: 50

Apoios: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

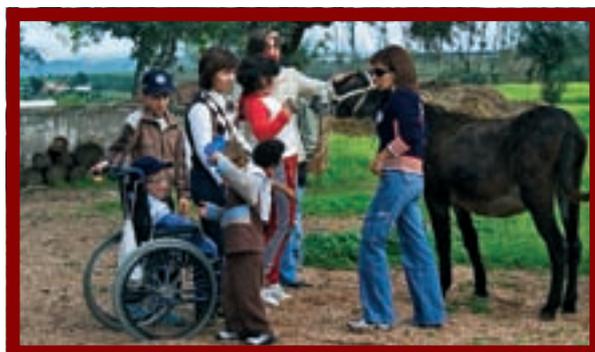
Sede: Ladoeiro

A grande particularidade desta associação assenta na utilização de gado asinino como produto turístico diferenciado e como instrumento pedagógico e terapêutico. Desta forma, num terreno cedido pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, no Ladoeiro, está a funcionar o Centro de Interpretação de Práticas Agrícolas Tradicionais com Burros ou, de forma simplificada, o Museu do Burro, que tem sido um sucesso, nomeadamente, no desenvolvimento de práticas terapêuticas junto de crianças deficientes.

Paralelamente, a colectividade tem um rancho folclórico com forte determinação na recolha de elementos etnográficos da Raia.

ANA ALVIM

Pedro Rego, presidente da Associação Terras da Raia, em boa companhia.



ANA ALVIM

O lado pedagógico do futebol

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE PENAMACOR (ADEP)

Data de Fundação: 1978

Presidente da Direcção: Paulo Seguro

Âmbito: Formação desportiva e educativa

Principais actividades: Pré-escolinhas e Escolinhas de Futebol, Equipas de Juniores e de Seniores, desportos motorizados e pesca desportiva.

Número de associados: 500

Apoios: Câmara Municipal de Penamacor, Junta de Freguesia de Penamacor, patrocínios de empresas privadas.

Sede: Penamacor

Que quase todas as freguesias da BIS possuem uma associação desportiva, com pelo menos uma equipa de futebol, não é novidade. No entanto, a Associação Desportiva de Penamacor prima pela diferença quando se sabe que dá formação do desporto-rei a crianças a partir dos cinco anos de idade. As pré-escolinhas (5-8 anos) e as escolinhas (8-10 anos) de futebol pretendem ser um espaço de lazer e de ocupação dos tempos livres das crianças do concelho penamacorense, ao mesmo tempo que iniciam a criança na actividade desportiva do futebol, não descurando a sua formação psicológica e o desenvolvimento da sua personalidade, ancorados numa lógica de trabalho de equipa.

Ao todo estão inscritas perto de 30 crianças de praticamente todas as freguesias vizinhas que têm verdadeiro gosto pelo futebol. A dedicação a este desporto é tão afincada que os miúdos abdicam de ir passar os fins-de-semana fora com os pais só para poderem participar nos jogos do campeonato distrital!

Paulo Seguro, presidente da direcção da ADEP acrescenta ainda que “quando eles competem já se nota que defendem o nome da terra”. Será, certamente, esse orgulho pelas raízes que os prenderá, no futuro, ao território raiano.

ANA ALVIM



Os que partiram levaram saudades e trouxeram apoios

GRUPO DE AMIGOS DA FOZ DO COBRÃO (GAFOZ)

Data de Fundação: 1966

Presidente da Direcção: Octávio Sotana Catarino

Âmbito: Apoio social, protecção patrimonial e desenvolvimento turístico

Principais actividades: Lançamento do projecto de Lar para Idosos da Foz do Cobrão, Sobral Fernando e freguesias vizinhas, encontros, recuperação de património, festa tradicional em Agosto

Número de associados: 435

Apoios: Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão

Sede: Foz do Cobrão

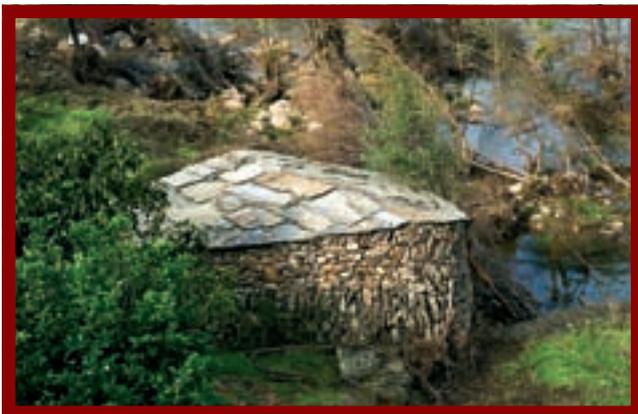
“Neste ano em que comemoramos 40 anos de existência estamos convencidos da nossa força colectiva! Não fora esta força e não teríamos colocado a nossa aldeia a trilhar os caminhos do futuro, dotando-a de infra-estruturas de apoio aos idosos, e não só, que há anos eram impensáveis e alguns questionavam...”, Boletim de Outubro de 2006 da GAFOZ.

Este pode ser o resumo de um trabalho extenso de quatro décadas. Tudo começou com um grupo de naturais de Foz do Cobrão residentes em Lisboa, que nunca esqueceu os problemas da terra natal e suas gentes e que sempre acreditou na força da comunidade.

Depois de ajudar na transformação da Foz do Cobrão em Aldeia do Xisto, a associação pretende aproveitar os seus recursos humanos, sobretudo idosos, como atractivos de turismo. Como? Aproveitando os velhos ainda capazes como fontes de memória da aldeia. A ideia seria a organização de passeios e excursões com crianças e jovens acompanhados pelos idosos da Foz, que transmitiriam os seus saberes e histórias aos mais novos.

Para que tal plano alcance sucesso, é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de dignidade de vida aos idosos da terra. E, por isso, a associação tem já em curso o projecto para a construção de um Lar para os idosos da Foz do Cobrão e freguesias vizinhas.

ANA ALVIM



Octávio Sotana Catarino



ADRACES

Reanimar a população local com cultura

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE BENQUERENÇA

Data de Fundação: 1981

Presidente da Direcção: Sónia Valente

Âmbito: Cultural e Recreativo

Principais actividades: Semana Cultural de Benquerença; Biblioteca; Internet, Ginástica; projecto de recuperação do campo de futebol.

Número de associados: 130

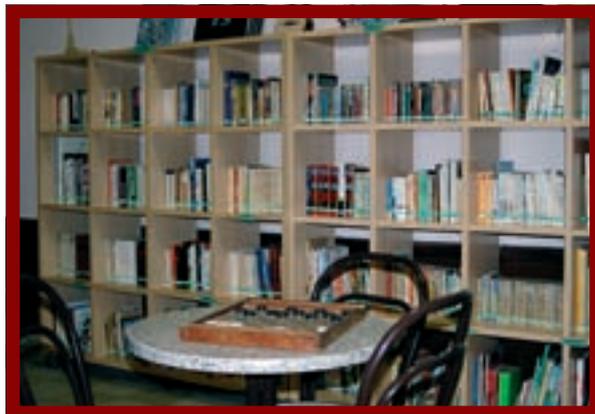
Apoios: Junta de Freguesia de Benquerença

Sede: Benquerença

Depois de um grande interregno, a colectividade entrou em funcionamento pleno há cerca de dois anos e meio, por mão de um jovem casal com garra para lutar contra a apatia e adormecimento cultural que se vivia na freguesia. A associação pôs em prática um conjunto de iniciativas que deu nova vida a Benquerença: ginástica, biblioteca e Internet para a comunidade em geral. Sónia Valente, presidente da direcção, afirma que a sede é visitada todos os dias por pessoas – jovens ou velhos – que pretendem requisitar livros ou simplesmente aceder à Internet. Revelou ainda que a associação já ajudou um velho senhor a falar com a sua esposa, que se encontra longe, por meio das novas tecnologias de informação!

A dirigente associativa apenas lamenta a falta de apoio da comunidade na realização das actividades. A Semana Cultural, que é o grande evento da colectividade, rouba grande parte do tempo para o desenvolvimento de outras actividades. Facto que poderia ser colmatado com uma ajuda mais tenaz da população local. Todavia, a associação lida ainda com a falta de dinheiro, o que dificulta também a realização de certas iniciativas.

ADRACES



Sónia Valente



ADRACES

A cinegética como motor de atracção turística

CLUBE DE CAÇA E PESCA FLOR DO ERGES

Data de Fundação: 1986

Presidente da Direcção: José Manuel Gomes (sócio-fundador)

Âmbito: Caça e Pesca

Principais actividades: Montarias e caçadas

Número de associados: 160

Apoios: Junta de Freguesia de Segura

Sede: Segura

“Temos muitos sócios de fora da Região e até de fora do distrito. Temos associados desde o Alentejo até Bragança. O que os faz vir para a nossa zona é o ambiente que encontram, gostam da nossa Região e do companheirismo das nossas gentes. Chegam a trazer as esposas e, enquanto estas ficam a visitar as aldeias históricas (Monsanto, Penha Garcia, entre outras), os maridos andam a caçar. A caça é uma forma de atrair turismo”. Quem o diz é José Manuel Gomes, presidente do Clube de Caça e Pesca Flor do Erges, de Segura, uma associação que conta já com 160 amantes da cinegética associados. Aquilo que começou com uma pequena reserva de 400 hectares de terreno cedido pela Junta de Freguesia, vai hoje já em mais de dois mil hectares de reserva. E ainda assim é pouco terreno para o número de caçadores interessados na reserva, de tal forma que, actualmente, a associação possui cerca de 40 indivíduos em lista de espera para entrar para sócios. A grande luta da associativa tem assentado, desde sempre, em evitar a caça clandestina, que “infelizmente ainda se verifica muito nesta zona”. Para que esse mal possa ser controlado, José Gomes salienta que a responsabilidade total dos terrenos tem necessariamente de ficar a cargo da associação, para que os sócios possam ser responsabilizados por eventuais danos causados aos proprietários dos terrenos. O próximo objectivo da colectividade é anexar mais 800 hectares de terras, para que mais caçadores e famílias possam visitar a Região e, conseqüentemente, aumentar a riqueza de Segura e das freguesias vizinhas.

ADRACES



José Manuel Gomes



ADRACES

Muito mais do que um rancho

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL RANCHO FOLCLÓRICO DO RETAXO

Data de Fundação: 1 de Dezembro de 1981

Presidente da Direcção: José Luís Afonso Pires (sócio-fundador)

Âmbito: Folclore e animação sócio-cultural

Principais actividades: Ensaios e actuações do Rancho Folclórico, recolhas etnográficas, edição do jornal “Voz do Retaxo”, cursos de formação diversos

Número de associados: 180

Apoios: Câmara Municipal de Castelo Branco, INATEL, Instituto Português da Juventude, Federação Portuguesa de Campismo

Sede: Retaxo

Começou por ser, inicialmente, apenas um grupo de Rancho Folclórico, mas a sua sobrevivência dependeu do alargamento do seu âmbito de acção a outros públicos e a outras iniciativas. Hoje é uma associação constituída, com jovens dirigentes, que aposta sobretudo em actividades ligadas às novas tecnologias, aos desportos radicais, ao ambiente (fazem recolha de materiais em toda a freguesia para reciclagem) e ao campo social, através de campanhas de beneficência.

O Rancho, é claro, não foi esquecido. Realiza anualmente um festival de folclore e um encontro de cantos natalícios, para além de exposições diversas sobre recolhas etnográficas.

Entre os desejos da associação está a construção de uma nova sede, com capacidade de alojamento e refeitório para os visitantes dos encontros que a colectividade leva a efeito, que até ao momento têm ficado instalados na sede de concelho. “É riqueza que poderia ficar no Retaxo e que até agora tem sido perdida para Castelo Branco”, salienta José Luís, presidente directivo da associação.

ANA ALVIM



José Luís Afonso Pires



ADRACES

A importância da comunidade na história local

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL DE PENHA GARCIA

Data de Fundação: Janeiro de 1987

Presidente da Direcção: Américo dos Santos André (sócio-fundador)

Âmbito: Protecção patrimonial

Principais actividades: projecto Escolas-Oficinas; projecto de construção de Museu de Artes e Ofícios; recuperação de património (castelo, dois templos religiosos, entre outros); grupo etnográfico

Número de associados: 250

Apoios: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Instituto Português da Juventude, INATEL

Sede: Penha Garcia

Ninguém acreditava que um grupo de jovens pudesse dar um contributo tão intenso para a imortalização das tradições e do património de Penha Garcia. Américo André, presidente da associação e um dos sócios fundadores, relata-nos como tal feito foi possível e quais os obstáculos que diariamente têm de ultrapassar:

- O nosso interesse era, para além de fazer formação, apostar nas recolhas etnográficas e envolver a comunidade, onde os formandos ganhavam os seus salários. E nós também ganhávamos, porque estávamos a angariar um vasto espólio. Exemplo disso, foram as Escolas-Oficinas, que permitiram a organização de cursos locais de artes e ofícios tradicionais. Foi muito positivo este trabalho, uma vez que se conseguiu cativar e sensibilizar a comunidade local para a importância da preservação, defesa e divulgação do património. Nestes últimos anos, quem tem defendido muito esta terra é a própria comunidade; as pessoas acabaram por sentir que o quotidiano delas é importante para a história local. Nasce um sentimento de orgulho, o que tem despertado muito a investigação e, principalmente, o turismo.
- Hoje, os turistas passam pelas ruas estreitas, penetram na parte antiga e encontram aí a população residente, que lhes fala, os

cumprimenta, querem saber de onde vêm, para onde vão e, por entre isso, lá vão contando uma história ou entoando uma canção tradicional. Dá a ideia de que está tudo treinado, como se fosse um cenário de uma festa, mas não, é somente o dia-a-dia desta gente rural, que vive sozinha e que gosta de companhia. E depois acabam por vender os seus produtos. Depois da conversa, vão tentando que o turista leve algum artesanato: uma rodilha, uma rendinha...

- Eu não deixo de defender que a oficina seja a porta de cada um dos artesãos e que a loja e o comércio seja a porta de outras pessoas da aldeia.
- O dinheiro que nos estão a atribuir em subsídios, nós estamos a multiplicá-lo em benefício da comunidade local.
- Os subsídios são atribuídos enredados em excessiva burocracia e necessitam de uma gestão bem controlada e de uma secretaria bem organizada. Muitas vezes não há recursos humanos para gerir uma colectividade. Mas, se este trabalho não fosse feito com prejuízo dos dirigentes e dos líderes, as colectividades facilmente morreriam. O problema é que os dirigentes, os mesmos de sempre, estão a ficar saturados de uma gestão muito difícil que ninguém quer, mas da qual todos querem beneficiar.
- Com o desemprego que há, se os jovens fossem fazer estágios às colectividades que existem ou se houvessem programas de ocupação para os jovens licenciados, as colectividades ganhavam uma nova vida, podiam fazer candidaturas diferentes e trazer verbas para o desenvolvimento local. Tanta gente qualificada desempregada e tanta falta que faziam a estas estruturas.
- O trabalho de interligação entre associações é muito mal feito. Tem de se conseguir uma aproximação maior entre as colectividades. Conhecermos o trabalho de cada um, vermos e partilharmos as experiências de cada um, onde é que uns venceram, onde é que os outros fracassaram, onde é que eles vão buscar os seus apoios. Se isto não for feito é um trabalho individual que não enriquece ninguém, porque trabalhamos de costas voltadas.

ANA ALVIM

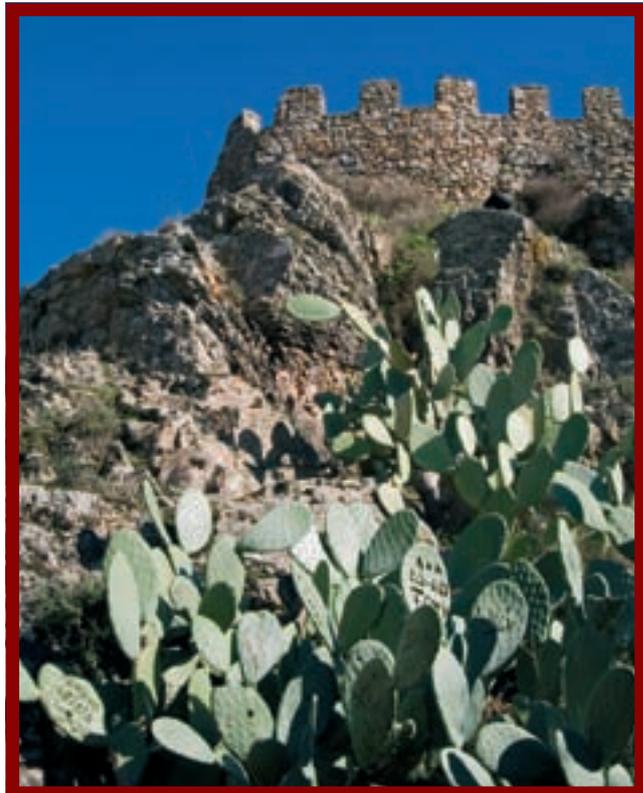
Capela de S. Sebastião, recuperada pela associação



Américo dos Santos André



ANA ALVIM





Associativismo e Desenvolvimento Local

Caso da Beira Interior Sul

Um dos elementos que melhor caracteriza os territórios rurais do interior, enquanto espaços físicos e sociais, diz respeito às suas baixas densidades populacionais e às suas fragilidades económicas e institucionais. São regiões que desde há largas décadas registam ciclos viciosos de êxodo rural, desinvestimento, encerramento de serviços públicos (cujo o exemplo mais mediático é das escolas) e consequente diminuição das possibilidades de emprego. O envelhecimento e desertificação humana são a face mais visível destes fenómenos de fragilização sócio-demográfica.

Não obstante esta ser uma realidade incontornável destes territórios, tal não deve ser encarado como uma fatalidade, pois, paralelamente a estes fenómenos, vem-se verificando um crescente interesse pelo património natural e histórico-cultural associado ao espaço rural e às suas produções tradicionais de qualidade. Estas novas oportunidades, induzidas pela procura dos consumidores urbanos e da sociedade em geral (procura de produtos de qualidade, fruição das paisagens e do património cultural e patrimo-

niais, turismo em espaço rural, etc.), apresentam potencialidades susceptíveis de contribuir para a revitalização das comunidades rurais.

Neste novo enquadramento, o Território, enquanto espaço vivido e reflexo das realidades históricas, culturais, naturais e institucionais, surge como uma realidade multifacetada e diferenciada, implicando, por isso, estratégias e abordagens de intervenção integradas e ancoradas nas especificidades locais, por oposição a meras medidas sectoriais (no limite agrícolas). A interacção e mobilização das comunidades locais, quer individualmente quer através das suas organizações e associações, apresenta-se como o elemento transversal e indissociável. Pois, só estabelecendo e reforçando as relações de complementaridade entre os actores locais é possível assegurar níveis mínimos de densidade, condição central para um desenvolvimento sustentado.

As colectividades locais e outras associações que intervêm nas áreas da cultura, desporto, lazer, apoio social e comunitário, são as entidades que nos territórios rurais melhor se posicionam para assegurar esta interac-

ção. Com efeito, a sua acção *in loco*, o reconhecimento que gozam junto da população e o seu potencial de mobilização e cooperação, fazem destes actores parceiros legítimos e privilegiados na mediação do diálogo social e, conseqüentemente, na promoção de plataformas de intervenção local, articuladas em torno de novas formas de governança e (des)envolvimento social, cultural e económico.

Para além da sua importância como interlocutores, as colectividades locais têm vindo a assumir nos territórios em que actuam um papel preponderante na preservação da cultura, etnografia, desporto e animação em geral, encerrando em si os princípios basilares do desenvolvimento local. São, pois, verdadeiros agentes culturais, tornando os territórios vivos e sedimentando o sentimento individual e colectivo de pertença e auto-estima.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO DA BIS

A Beira Interior Sul tem no movimento associativo um grande potencial de desenvolvimento patente, quer no número de associações existentes quer na natureza das suas actividades, sendo parte intrínseca da vivência cultural das suas comunidades locais. De acordo com o levantamento feito, foram contabilizadas na BIS 435 associações. Cerca de 40% estão sediadas nas freguesias com características urbanas (Castelo Branco, Alcains, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão) e as restantes distribuídas pelas 53 freguesias rurais (em média 5 associações por freguesia).

Tipologia	Nº	%
Cultural / Socio-Recreativa / Desportiva	113	26,0
Cultural / Musical	39	8,9
Defesa e Protecção Patrimonial, Ambiental e Cultural	24	5,5
Cinegética	69	15,9
Desportiva	57	13,1
Associação de Jovens	25	5,7
Solidariedade Social	91	20,9
Outros	17	3,9
Total	435	100,0



ADRACES

Em relação à sua classificação e tendo presente a subjectividade que lhe é inerente (muitas das associações apresentam uma vasta panóplia de actividades e áreas de actuação) a categoria Cultural/Sócio-Recreativa/Desportiva é a que contabiliza o maior número de associações (113). Com denominações que vão desde as *Associações Culturais, Recreativas e Desportivas; Centros Sociais; Casas do Povo; Liga de Amigos*; ou apenas *Associações Culturais*, este tipo de associações está presente em 42 das 58 freguesias da BIS.

Com 91 associações, seguem-se as instituições de solidariedade social, na sua maioria (cerca de 70%) relacionadas com o apoio a idosos – Lares e Centros de Dia. Para além da sua inegável importância social, estas entidades, presentes em 54 freguesias da Região, são em muitas das freguesias rurais as principais entidades empregadoras.

Também com uma forte presença no território encontram-se as associações ligadas às actividades de caça e pesca, tendo sido contabilizadas 69 associações distribuídas por 49 freguesias.

Em menor número mas como importância social e cultural marcante encontram-se as colectividades cuja actividade principal está relacionada com música. Estas não só são responsáveis por grande parte da recolha etnográfica existente, como desempenham um papel determinante na animação cultural local, tornando os territórios mais atraentes, não só para os que lá vivem como, também, para quem os visita. Para além disso, estes grupos são verdadeiros embaixadores da cultura da Região no exterior. As 39 colectividades identificadas distribuem-se pelas seguintes áreas: 16 grupos de danças e cantares tradicionais, 6 de música erudita (cancioneiros, orquestras,

grupo coral), 8 filarmónicas, 9 ranchos folclóricos e 6 grupos relacionados com o Adufe.

Com uma importância crescente encontram-se as associações juvenis. Com um leque diversificado de actividades tais como teatro, o desporto, a organização de eventos, a defesa e protecção ambiental, estas associações revelam relativo dinamismo e capacidade de mobilização. Com hábitos e gostos mais “urbanos” encontram nas novas tecnologias de informação canais privilegiados (sites próprios, blogues, etc.).

Traçando agora o perfil do tecido associativo, tendo por base contexto territorial em que estão inseridas e o dinamismo que apresentam, é possível identificar dois grandes grupos: as associações sedeadas nas sedes de concelho e de freguesia e as colectividades locais localizadas em pequenos aglomerados.

No que diz respeito às primeiras, elas apresentam, de um modo geral, um leque diversificado de actividades, indo desde a dinamização cultural, desportiva e musical ao apoio social e comunitário. Com relativo dinamismo e visibilidade, estas associações prestam um serviço inestimável às suas populações e ao progresso cultural, promovendo a coesão e diferenciação cultural local.

Com outro perfil encontram-se as associações distribuídas pelas pequenas aldeias fora das sedes de freguesia. Nestes pequenos aglomerados, na maioria dos casos sem escolas ou pequenos comércios, as colectividades locais são as únicas estruturas onde é possível dinamizar actividades lúdico-culturais para a comunidade. Embora as suas actividades se resumam, na maioria dos casos, à organização da festa popular da aldeia e, esporadicamente, convívios/jantares para a população local (magusto, passagem de ano, sardinhada, etc.), tal não lhes retira o seu mérito e importância. Os únicos dias em que estas aldeias rejuvenescem, conhecem algum movimento, é por altura destas festividades. Reencontram-se amigos e familiares que um dia partiram e revisitam-se memórias e tradições. São, pois, datas em que a auto-estima das populações aumenta e o seu isolamento é atenuado.

As características apontadas ao tecido associativo da BIS reflectem não só uma grande heterogeneidade mas, também, uma grande pulverização de associações. Não retirando mérito às pequenas colectividades, que como ficou expresso desempenham um importante papel social, este tecido associativo muito retalhado em pequenas unidades e disperso pelo território limita o seu poder de impacto e a criação de valências multifuncionais.

Para superar estas limitações e garantir maior poder de intervenção, as políticas de desenvolvimento local vêm defendendo a necessidade de se criar um nível inter-associativo intermédio, capaz de mobilizar a capacidade institucional e organizativa, promover o diálogo entre as associações e estabelecer redes de cooperação e de inter-ajuda. Só assim será possível rentabilizar recursos e sinergias e garantir uma maior coordenação e eficácia das intervenções e, ainda, promover a visibilidade do trabalho das próprias associações – *marketing social* –, aspecto tantas vezes menosprezado. ❁

Margarida Cristóvão

Quando o povo é cabrão

Do álbum “Os Fantasmas não fazem a Barba”, publicamos com os devidos agradecimentos o texto de Fernando Paulouro das Neves: “Quando o Povo é Cabrão”.

No dia em que o Estaca vestiu a bata para fazer a barba ao presidente da Câmara, houve quem pensasse que nessa tarde a navalha iria dançar-lhe na mão para se cravar no pescoço anafado do cliente, como quem mata um porco. Mas ele conteve-se e, à última hora, não libertou o concelho da inércia e do tédio que, há longos anos, lhe roíam o progresso. Acabou por fazer-lhe apenas uns arranhões enquanto ele, bem colado à cadeira, via a cara de poucos amigos do barbeiro reflectida no espelho, e se limitava por isso a gemer baixinho não fosse o outro entusiasmar-se. A conversa, apesar de breve, deu para perceber que o descontentamento larvar na população exigia mudanças drásticas.

O homem saiu de lá vermelho que nem um tomate e nesse dia foi direitinho ao partido avisar:

— Não contem comigo para as próximas eleições!

Não faltaram remoques. Uns, que ele já sacara a reforma e agora abandonava o barco, governadinho e com os bolsos cheios pelos empreiteiros que sabiam untar os projectos com umas notas valentes; outros, respiraram de alívio: diziam, à boca pequena, que o gajo era campino que já não era capaz de juntar gado para as eleições que estavam a bater à porta.

Ele teve uma explicação mais simples. Passou a mão pelo terreno da cara sinuosamente lavrado pelo barbeiro, deixou-a pousar suavemente no pescoço e desculpou-se:

— Eu não tenho andado bem, ainda trago aqui uma impressão levada do diabo!

A comissão política olhou-o com olhos de radiografia e abanou a cabeça com ar de cangalheiro:

— De facto! Está com um aspecto... de meter medo ao susto!

O pior é que as eleições estavam à porta e lá vinha o tempo em que apareciam uns sujeitos da cidade, mascarados de camponeses, numa et-



nografia muito rigorosa, que pediam uma videira para vindimar ou uma vaquinha para ordenhar, num mimetismo bucólico comovedor; ou varriam as feiras, distribuindo abraços e beijinhos, quando não papavam a missinha de domingo, de língua estendida para a hóstia. Lisboa soube do caso e não gostou.

— O gajo vai-se embora, assim sem mais nem menos... Com os votos não se brinca!

De cá tentaram sossegá-los:

— É questão de doença, não há nada a fazer.

Mas quando se tratava de votos, Lisboa tinha uma gula insaciável. E voltou à carga:

— Queremos um candidato ganhador! Não apareçam aqui com outro choninhas...

Eles partiram à descoberta. Como tontos à roda da lista telefónica, percorreram os nomes de uns e de outros, com comentários de circunstância pouco abonatórios e uns risinhos sacanas que dispensavam legenda.

— Esse não que está completamente queimado!

— Passa à frente que esse já se governou... é preciso dar lugar aos novos!

Apontou-se uma saída moderna, indicando uma militante, que sempre ajudava a preencher quotas. Mas a proposta foi imediatamente rejeitada.

— Olha essa! É vaca que já foi corrida!

O impasse só se ultrapassou altas horas.

— Este (e apontava com força a lista telefónica, não fosse o dedo derrapar na letras miudinhas) é que é o candidato ideal! Não há melhor para a política local!

— Mas quem é? — Perguntaram os outros, ao presidente. — Quem é ele?

O outro continuou a fazer suspense:

— É o melhor. É presidente da Irmandade do Santíssimo, manda nos clubes da terra, é dono de empresas que empregam a maior parte dos indígenas. Chamar-lhe cacique é pouco!

Descobriram logo de quem se tratava.

— Sim, senhor! É uma bela jogada...

A oposição, quando soube, deitou as mãos à cabeça:

— Ai que estamos desgraçados! Aquilo é um satélite, anda tudo à roda dele!

À socapa, remordiam velhas querelas e gozavam do comprimento desigual das pernas do candidato, que o obrigavam a coxear:

— Ora o Sobe-e-Desce... Se subir também há-de descer...

E não faltaram comunicados a lembrar que a sua experiência política vinha do tempo da outra senhora quando não se podia dar um traque que ele não fosse logo meter no cu da união nacional. Um dos papéis que apareceu nas caixas do correio e nos cafés, contava a sua actuação nas comemorações dos quarenta anos da Revolução Nacional. Lá vinha, tim-tim-por-tim-tim, a história. Um despacho do governo mandava inaugurar uma obra em cada localidade para assinalar a data. Na terra dele, uma freguesia muito antiga, é que não havia nada para cortar a fita.

Andava tudo muito chateado por não se ter planeado uma inauguraçozinha, a tempo e horas:

— É uma vergonha para a terra. Vamos fazer uma linda figura de pelintras! O que dirão em Lisboa, meu Deus!

Até que o Sobe-e-Desce se lembrou de mandar cair os muros do cemitério e construir um jazigo à pressa.

No dia aprazado, lá vieram as autoridades para a inauguração. Houve foguetes e discursos sobre a excelência da obra e o que ela significava para o progresso da pátria.

No final, deram-se vivas a este e àquele e mais ao outro. Mas quanto à gente da terra, népia, nem um vivazinho! Foi quando o Sobe-e-Desce se encheu de brios e a sua voz ecoou, patrioticamente, no cemitério:

— Vivam os mortos da nossa terra!

“Ninguém se levantou das sepulturas...”, informavam os comunicados da oposição.

No despique eleitoral atropelaram-se palavras, covou-se fundo na demagogia, apresentou-se o receiptário dos milagres. As coisas corriam bem.

Na véspera das eleições o deputado veio inquirir o Sobe-e-Desce, avaliar as expectativas, fazer a sondagem que permitisse a antevisão do resultado nas urnas.

Foi multiplicando as perguntas à procura de um quadro tranquilizador, de uma vitória arrasadora.

— O povo nunca andou tão satisfeito! - Informou o Sobe-e-Desce, entusiasmado. - Tenho-os a todos na mão!

E abria e fechava a palma da mão, num gesto antecipador de vitória esmagadora.

— Vêm todos comer aqui! — e abria a mão, outra vez, mesmo à frente dos olhos do outro.

O deputado abriu a boca num sorriso rasgado.

- Nem sabe como gostei de o ouvir dizer isso, vou daqui muito animado! No domingo vamos ter uma vitória de arromba... Pode mandar preparar a caravana!

Abraçaram-se com militância redobrada. O deputado esfregou as mãos de contente, a pensar na boa gestão dos votos e na escolha tão acertada deste campino que, afinal, tanto gado conseguia juntar. Ia já telefonar para Lisboa a dar a boa nova. E já transpunha a porta da rua, quando o Sobe-e-Desce o chamou, em sobressalto.

— Oh! Senhor Doutor! Oh! Senhor Doutor! Apreensivo com o chamamento, onde se vislumbrava uma pontinha de angústia, o deputado parou e voltou atrás.

— Então? — Inquiriu o político, fazendo má cara à demora — Aconteceu alguma coisa?

— É que me esqueci de lhe dizer uma coisa muito importante, senhor doutor...

O outro ficou todo ouvidos.

— É que sabe, nisto de eleições, o povo, às vezes, é cabrão... ❀

Fernando Paulouro Neves

in “Os Fantasmas não fazem a Barba”

Os bem amados..!

Nestes tempos em que nos é dado viver, onde só parece contar aquilo que se tem, e pouco ou nada o que se É, podemos considerar que, agir por sentimento de amor e intensa dádiva a quem mais necessita, é, senão uma inovação, uma exemplar atitude de reafirmação dos sentimentos que deveriam distinguir a raça Humana. Os comportamentos que presenciamos e o conseqüente ambiente em que decorre a vida nas instalações da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) de Castelo Branco, foram para nós prova inusitada de que ali acontece “pioneirismo e inovação” ao nível da afectividade, da dedicação, da competência pedagógica, da gestão de recursos e do pensamento estratégico, subordinado aos interesses da sustentabilidade da instituição, unicamente para servir mais e melhor as necessidades concretas das crianças, jovens e adultos, que ali são vistos como Seres merecedores de alcançar o respeito e a dignidade de Cidadãos. Sem sombra de dúvida, os deficientes de Castelo Branco são BEM AMADOS.





A ALMA DA OBRA

Chama-se Fernando Dias de Carvalho, é médico pediatra, principal obreiro da fundação e esteio maior e contínuo desta “utopia” em fase adiantada de realização. Foi ele, conjuntamente com a Professora Maria Filomena Esteves do Rosário Taborda Victório, de quem falaremos mais adiante, que nos mostraram os lugares e nos explicaram para quem, de que forma, e com que objetivos se trabalha naquela casa.

FALANDO DO INÍCIO. ANTIGAMENTE ESCONDIA-SE A DEFICIÊNCIA, PORQUE ERA TIDA POR CASTIGO DE DEUS!

A “alma, a razão e o coração” compõem esta história de inegável sucesso. Sobre o seu início, o Dr. Fernando Dias de Carvalho contou-nos que:

— Começamos em 1973 numa antiga escola primária, foram anos de preocupações e muitas lutas. 14 anos depois, em 1987, através dum financiamento do PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central)

conseguimos inaugurar esta escola em terrenos cedidos pela autarquia.

Quando vim para Castelo Branco, havia muitas crianças com deficiências causadas por falta de assistência no parto. A maior parte das crianças nascia em casa, sem assistência. Havia muitos casos de anóxia cerebral. Hoje praticamente desapareceram. Naquele tempo as famílias tendiam a esconder os seus deficientes, as famílias assumiam uma espécie de sentimento de culpa pela deficiência dos filhos... Seria castigo de Deus? Muitas famílias alimentavam a esperança de que os seus filhos se pudessem curar com medicamentos e eu sentia uma grande frustração nos dias em que observava um número apreciável dessas crianças e às quais pouco ou nada se podia fazer. Essa foi a grande motivação para o arranque deste projecto. Ao nível do País fomos a décima primeira APPACDM a ser criada!

Pouco a pouco, o nosso trabalho tem vindo a ser reconhecido, o que nos tem permitido desenvolver os nossos recursos humanos e técnicos, adaptando-nos ao que de melhor se vai fazendo em termos de educação especial. Transformar estas crianças em pessoas construindo, assim, a sua identidade e

autonomia possível. Dar-lhes conhecimentos e competências sem as quais não é possível a integração social.

A INOVAÇÃO EDUCATIVA

A Professora Filomena transborda de paixão e orgulho pelo trabalho próprio e o de toda a equipa da Instituição de que é directora pedagógica. Natural de Castelo Branco, 51 anos, licenciada em educação especial pela Escola Superior de Educação, entrou para a APPACDM há 24 anos como professora. E ela quem nos diz:

— A inovação educativa está em que a nossa escola tem idoneidade para se adaptar às capacidades das crianças e, a partir de cada caso, desenvolver-lhes competências e acompanhá-las até à inserção na Sociedade ou, nos casos mais graves, desde que aqui entram, até ao fim da vida.

É por isso que temos de ser uma Instituição capaz de crescer em inovação, em capacidade de acolhimento, ao ritmo do crescimento do número de crianças que entram e que se juntam aos que, por deficiências mais profundas e sem alternativa nem família que deles cuide, já cá estão desde o



início e cá continuarão até que a vida se lhes acabe.

Somos apologistas da escola inclusiva, mas a escola inclusiva tem de ser uma escola que se adapte à criança e, para que isso aconteça, são necessários ritmos diferenciados e métodos muito personalizados, recursos humanos e meios de que a escola normal ainda não dispõe.

A criança deficiente, incluída numa escola normal que não tenha a possibilidade de se adaptar à criança, acaba por ser, aí sim, segregada!

Temos recebido crianças acompanhadas por relatórios que nos dizem que essas crianças não são escolarizáveis e, passado algum tempo connosco, “saltam lá para fora” perfeitamente capazes de acompanhar o ritmo normal de aprendizagem.

É claro que, por muito afecto que se dê, isso não chega para obter resultados que dependem de muita investigação científica avaliada por experiências muito diversificadas que, quando confrontadas, dão origem a métodos de intervenção mais eficazes e em permanente actualização.

Muito temos investido na aprendizagem e assimilação de novos métodos. Fomos à

procura de Maria Vitória Troncoso, uma das mais reputadas técnicas internacionais no tratamento da trissomia 21, e trouxe-mo-la a C. Branco para dar formação, quer aos nossos professores, quer a técnicos de outras instituições. Sobre o seu método de aprendizagem da leitura e da escrita para o portador de trissomia 21, editou-se uma brochura destinada apoiar os pais e famílias de crianças com esta deficiência e colaborou-se na tradução do livro “Síndrome de Down: Leitura e Escrita”, de Maria Vitória Troncoso e Maria Mercedes del Cerro.

O desenvolvimento de algumas capacidades é vital porque, para poder integrar uma criança, ela tem de ter alguma competência, sem este mínimo a integração não é possível. Todo o nosso esforço e dedicação têm por finalidade o objectivo de, persistentemente, desenvolver até onde for possível as capacidades de cada pessoa, segundo a especificidade da sua deficiência.

AS INSTALAÇÕES

No espaço sede:

Onde, para além dos serviços administrativos, está instalada a escola com 22 salas

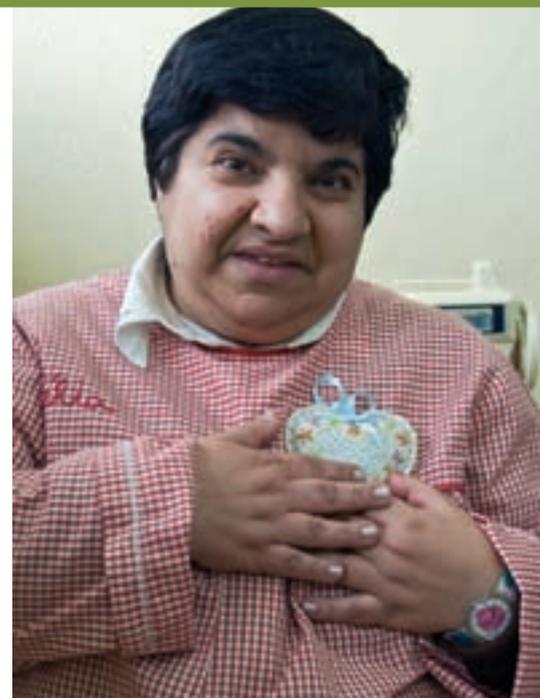
especificamente equipadas para cada tipologia de ensino segundo a deficiência, com cozinha, refeitório e todas as demais comodidades funcionais. Existem ainda três confortáveis residências para internos, de segunda a sexta-feira, que por serem de longe ou de risco, ali residem por grupos de seis em cada casa, assistidos por uma “Mãe” das cinco da tarde às oito da manhã, período sem actividades escolares.

Existe ainda um pequeno lar para crianças / jovens sem família inserido na comunidade.

Na Quinta da Carapalha:

Este espaço, hoje situado dentro da cidade junto da estação ferroviária, cercado por novos prédios de habitação, é propriedade do Estado e tem vindo a ser cedido por períodos de 20 anos, cedência que teve por contrapartida a permanência de muitos dos doentes do foro psiquiátrico que aí se encontravam. Hoje, completamente remodelado, o edifício tem capacidade para 70 pessoas.

Para além dessa infra-estrutura pré-existente, há também um novo edifício para lar de deficientes adultos, moderno, espaçoso e muito agradável com capacidade para cerca de 15 pessoas.



Ali está igualmente instalada uma das “jóias da coroa” da instituição, o Centro de Formação Profissional para Deficientes. É por este centro que passam todos os deficientes que, após um longo processo de despiagem vocacional, são encaminhados para as várias aprendizagens profissionais possíveis: carpintaria, tecelagem, costura, jardinagem, limpezas, ajudantes de cozinha, produção de seda, etc.

As delegações de Vila de Rei e da Sertã

Para dar resposta às necessidades da Região, temos a funcionar em Vila de Rei um Centro de Actividades Ocupacionais e na Sertã, para além também de um Centro de Actividades Ocupacionais, uma Escola de Ensino Especial e um Lar.

A INOVAÇÃO NA GESTÃO

Voltamos a ouvir o Dr. Dias de Carvalho: — Até hoje temos conseguido equilibrar o barco. O nosso esforço tem vindo a ser apoiado por financiamentos da Segurança Social, do Ministério da Educação, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em relação às despesas correntes. Os inves-

timentos em Instalações e equipamentos têm sido mais apoiados também pelo Orçamento Geral do Estado através do PIDDAC, pelas autarquias e ofertas particulares.

A diversificação de valências terapêuticas e de actividades ocupacionais, ao lado duma significativa capacidade de formação profissional para todos os que reúnem condições para serem integrados no mercado normal de trabalho, constituem uma mais-valia para a diversificação e complementaridade das fontes de receita, possibilitando economias de escala que nos dão garantias de estabilidade.

Preocupamo-nos também com a criação de receitas próprias, mas estas, por enquanto, representam um valor mínimo para a consolidação dos nossos objectivos duma gestão equilibrada e da actividade ocupacional indispensável para aqueles que não podem aceder à formação profissional.

Por outro lado, existe uma grande estabilidade no pessoal que aqui trabalha, o que permite investir com alguma segurança na sua formação, capitalizando de forma continuada o investimento feito, sem necessidade de recomeçar continuamente. O Património pedagógico acumulado é de longe

a maior riqueza desta instituição. Pessoal muito dedicado e conhecedor.

E no futuro... as vossas capacidades serão suficientes para manter uma resposta adequada às necessidades?

Os nossos interlocutores são peremptórios! — Isso vai depender do funcionamento das nossas escolas de ensino regular. Se as nossas escolas passarem a ter capacidade para se ocuparem adequadamente da maioria das crianças com o tipo de deficiência dominante nos nossos dias, estamos convictos de que as nossas capacidades instaladas são suficientes!

A maioria das deficiências de hoje não é de natureza estrutural. São deficientes a que podemos chamar de causa social. A maioria é proveniente de famílias que vivem na rua ou de famílias sem afecto e estima, “desumanizados” por abandono dos humanos. Embora tenham nascido com todas as potencialidades, o ambiente não permitiu o seu desenvolvimento. Se as escolas do ensino regular criarem as condições para lidar com estes deficientes será óptimo!



OS NOVOS PROJECTOS: AS ERVAS TINTUREIRAS E O TURISMO EDUCATIVO

Temos consciência de que a força desta instituição se deve à natureza e ao carácter das pessoas que aqui trabalham, dos que estão ao leme, como dos que todos os dias remam para a satisfação do dever cumprido! Queremos renovar no respeito pela continuidade de princípios, valores e atitudes.

Ninguém nem nada é eterno, se pararmos, corremos o risco de deixar emperrar as articulações e, sem capacidade de acção própria, ficaremos presos pela rotina. É necessário não perder o espírito de inovação. Só com a inovação é que se torna possível manter o sucesso. E a inovação tem de ser também integrada com um conjunto de actividades que se possam relacionar. E esta é a nossa responsabilidade perante o deficiente e a sociedade. Para além do contínuo melhoramento da nossa escola e aumento da capacidade de aceitar residentes em situações extremas de isolamento e abandono, estamos a dar os primeiros passos em dois projectos ligados à Quinta da Carapalha.

Um deles destina-se ao cultivo de “plantas tintureiras” com o objectivo de proceder à coloração do fio de seda segundo processos naturais, respeitando sobretudo a “paleta de cores” utilizadas tradicionalmente no bordado de Castelo Branco e acrescentando valor ecológico à qualidade do produto. O outro visa aumentar o aproveitamento das vertentes do património natural e a diversidade de actividades ali desenvolvidas, integrando tudo num produto de interesse turístico-educativo para diferentes públicos interessados na observação directa destas experiências.

Se não nos faltar o apoio, queremos concretizar o arranque destes projectos no próximo ano. ❁

Texto:
Camilo Mortágua
Imagens:
Ana Alvim

*Aos deficientes da
APPACDM chamamos
de “BEM AMADOS”, porque
nos lembramos daqueles
que não o são tanto!
Nesta instituição vimos
grande dignidade no trato
e nas instalações ocupadas
por deficientes idosos.
Infelizmente, não tem
acontecido o mesmo
ao visitar espaços onde
residem idosos que se
tornaram deficientes!*



ANA ALVIM

Desvendar e explorar o mistério da seda A inovação de reinventar uma antiga actividade tradicional.

Numa pequenina brochura, editada pelo Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco, sob a orientação científica de Benjamim Pereira, com o título “ A seda é um mistério”, cita-se uma senhora, a D. Teresa Frade, natural de Silvosa , do concelho de Oleiros, que “desde criança mantém com o bicho da seda uma relação íntima e afectiva, lembrando-se que a primeira seda que produziu, ainda adolescente, foi para os paramentos da Igreja de S. Simão, Oleiros”.

É desta senhora a frase metafórica – “ O linho é um sonho e a seda é um mistério” – que, quando artisticamente conjugados, se transformam nos belíssimos bordados de Castelo Branco.

Embora a produção de seda natural nunca tenha tido grande expressão económica no nosso País, nas regiões de Trás-os-Montes e na Beira Baixa, chegou a existir uma produção artesanal de carácter familiar com algum peso, para auto-satisfação das necessidades de cada família e, em muitos casos, como rendimento complementar através da venda do fio.

(Eram os tempos em que havia tempo para fazer e desfazer novelos! Hoje... parece que só aos “deficientes” é dado o tempo que nos falta a nós, os ditos “normais”, para desenrolar os novelos sem fim em que nos enleamos!).

Na Quinta da Carapalha existem hoje 2,5 hectares de amoreiras seleccionadas para a produção da folha que alimenta os bichos-da-seda. A partir desta produção, está montada toda a fileira de transformação em espaços contíguos ao Centro de Formação Profissional da APPACDM. Transformam-se os casulos em fios de diferentes qualidades e para diferentes aplicações. Já se produzem alguns tecidos e belíssimas “écharpes” que nos permitimos recomendar como preciosas prendas.

Após um longo período de procura e aprendizagem das modernas tecnologias de produção e transformação da seda, após a instalação dos equipamentos essenciais a uma laboração semi-industrial, esta actividade encontra-se numa fase de experimentação e análise da sua viabilidade,

para, dependendo das perspectivas do escoamento assegurado da produção, dar o passo seguinte, que seria a sua autonomização através duma empresa de inserção. ☘

Aos 33 anos de idade

O universo da APPACDM de Castelo Branco é notável, quer em números, quer em qualidade.

362 Pessoas a seu cuidado com idades compreendidas entre os 4 e os 80 anos!

Custo médio por pessoa mês, 700 €.

Em média, um professor especializado por cada 5 alunos.

134 Crianças com idades dos 0 aos 3 anos assistidas através de apoio domiciliário multidisciplinar às famílias, em parceria com outras instituições.

136 Funcionários, alguns deles, antigos alunos da instituição!

172 sócios.

As valências são muitas e organizadas por actividades de: ensino especial; terapêuticas ocupacionais (CAO); formação profissional diversificada e certificada; inserção e acompanhamento dos deficientes formados no mercado normal de trabalho; pequena produção própria de legumes e frutas; pequenos trabalhos artesanais como prestação de serviços a empresas da região; pesquisa, implantação e revalorização da fileira da seda natural, desde a plantação e cultivo de amoreiras apropriadas até ao tecido, passando por todas as operações intermédias, utilizando a maquinaria apropriada, alguma dela importada do Japão!

Delegações na Sertã e em Vila de Rei. ☘



ANA ALVIM

Inovação inteligente com burros

O presidente da Associação Terras da Raia conta-nos como está a ser feita esta prática pioneira da BIS

Terras da Raia é uma associação de desenvolvimento local, sediada na freguesia de Ladoeiro, concelho de Idanha-a-Nova, cujo objecto visa, prioritariamente, o estudo, a valorização e a divulgação da cultura de raiz tradicional da sua área de implantação.

Desde a sua criação, em finais de 2004, a Associação tem desenvolvido um conjunto notável de actividades, em parceria com a comunidade local e com as instituições, de entre as quais merecem destaque a criação de um rancho folclórico e a criação de um Centro de Interpretação de Práticas Agrícolas Tradicionais com Burros, vulgarmente conhecido como Museu do Burro.

O Museu do Burro, único no País com estas características, está situado numa propriedade rústica na freguesia de Ladoeiro, pertença da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, que cedeu este espaço à Associação em virtude de um protocolo estabelecido entre estas duas entidades.

Neste espaço, onde a Associação recolheu um conjunto notável de alfaías e artefactos agrícolas, tradicionalmente utilizados no amanho da terra e nas actividades sociais e económicas das comunidades de outrora, têm lugar dois tipos de actividades com recurso à utilização de burros: as turísticas e as pedagógicas e terapêuticas.

Quanto ao primeiro grupo, onde se incluem os passeios e as oficinas técnicas, é de realçar o facto de, com este género de actividades, a Associação Terras da Raia ter criado um produto turístico diferenciado, de grande qualidade, que complementa a variada oferta já disponível no Concelho de Idanha-a-Nova.

Por sua vez, as actividades do segundo tipo destinam-se sobretudo às crianças e às pessoas com deficiência. Assim, o Museu do Burro tem recebido inúmeras visitas de escolas e colégios, não só da Região, como um pouco de todo o país. Paralelamente, diversas instituições que acolhem e trabalham com deficientes, tais como a APPACDM de Castelo Branco, têm visitado o Museu, realizando as actividades de terapia ocupacional disponíveis, à semelhan-

ça do que acontece em outros países, onde a terapia assistida com animais é uma actividade bastante desenvolvida e recomendada por especialistas.

Complementarmente ao Museu do Burro, a Associação Terras da Raia criou um Rancho Folclórico na freguesia de Ladoeiro, que neste momento conta já com mais de trinta elementos. Como objectivos principais deste agrupamento, a Associação definiu a recolha e o levantamento do cancionero da freguesia, bem como a animação sociocultural da localidade, em momentos específicos do seu quotidiano, como sejam as romarias tradicionais, as festas de Verão, o Entrudo, as janeiras, entre outros. Paralelamente, o Rancho Folclórico do Ladoeiro funciona também como escola de aprendizagem da música tradicional, uma vez que a utilização de instrumentos tão característicos do concelho, como o adufe, corria sérios riscos de se extinguir nesta localidade.

Para além destes dois grandes grupos de acção, localizados na freguesia de Ladoeiro, a Associação Terras da Raia tem realizado, noutros pontos da Região, alguns trabalhos de estudo e recolha, donde se pode destacar a colectânea, recentemente apresentada ao público, de música tradicional de Idanha-a-Nova, obra esta que reuniu, em 6 discos compactos, o que de mais característico em termos musicais identifica este concelho raiano.

De um modo geral, pode dizer-se que a implementação destes projectos teve um impacto extremamente positivo na comunidade local, fazendo aumentar a sua auto-estima colectiva, em virtude da divulgação e do reconhecimento público alcançados com as actividades desenvolvidas, para a freguesia e para o concelho, o que abriu já novas janelas de oportunidades para o tecido económico da região. ☘

Pedro Rego

Os espaços rurais são territórios cujo futuro depende largamente do sucesso do projecto global de sociedade. Cada sociedade tem as aldeias e as vilas que merece!

Algumas dinâmicas estruturais em curso, quer na área social quer na área económica, podem, *a priori*, pôr em causa o domínio do modelo geográfico do crescente gigantismo urbano-metropolitano e autorizar a pensar numa certa redistribuição das forças produtivas e das populações. Não é plausível, contudo, que esse cenário se possa concre-



Domingos Santos
Docente do IPCB

Desafios para uma ruralidade renovada

tizar sem a existência de um determinado conjunto de condições de base. É improvável, e não é mesmo desejável, que sejam as forças exógenas a conseguir a redinamização rural. Ao invés, é indispensável que esse renascimento rural assente na vontade e nas competências endógenas.

A actual estrutura de povoamento reflecte as necessidades da economia do passado, baseada na actividade agrícola. A perda estrutural do peso económico da agricultura implicou a progressiva perda da função económica das aldeias que vertebravam o mundo rural. Daí que do sucesso da sua refuncionalização, com a adopção de uma base social e económica mais alargada, decorra o sucesso da revitalização de aldeias e vilas. Doutra modo, caminhar-se-á, gradual mas inexoravelmente, para o seu abandono e despovoamento. A diversificação económica tornou-se uma questão de sobrevivência para o mundo rural.

Parece-me, todavia, claro que as novas apostas têm forçosamente de passar por uma nova abordagem empresarial que tome a qualificação, a organização e a inovação como pilares de afirmação competitiva. De algum modo, essas mudanças estão já a acontecer no *terreno* – no sector agro-alimentar, na fileira florestal e nas novas jazidas de emprego que têm um peso crescente nas economias locais, como nos segmentos

turísticos alternativos ao *sol e praia* ou nas actividades ligadas à chamada economia social. Uma preocupação fundamental deverá ser a de aumentar o valor acrescentado das actividades que transformam recursos naturais destes territórios. E, também, criar as bases para o surgimento de uma economia com uma forte conotação identitária, valorizando o seu potencial endógeno.

É muito redutor pensar o mundo rural numa base dicotómica - por oposição ao mundo urbano e metropolitano. Ao invés de perfilar um quadro de análise que remete para a lógica de espaços-problema, parece-me que o mais útil, e importante, é equacionar esses territórios como possuidores de riquezas e oportunidades que interessa saber aproveitar no quadro de estratégias desenvolvimento local, regional e nacional. Sim, porque os projectos não têm de se cingir a meras lógicas e escalas locais. É preciso, partindo da identificação de recursos únicos e irreproduzíveis, colocá-los ao serviço de novas procuras que permitam uma inscrição económica mais vantajosa a escalas supra-locais.

Sob o ponto de vista da animação dos meios rurais, só uma política que permita uma equilibrada articulação global-local, territorial mas adaptada à inovação, solidária mas competitiva, poderá ultrapassar a actual lógica de remediação, baseada na compensação de *handicaps* através de abordagens centradas em políticas sectoriais. A este nível, torna-se imprescindível passar de uma lógica de *guichets* para uma intervenção de largo espectro, global e integrada.

Importa promover uma abordagem integrada de intervenção assente numa visão alargada sobre o desenvolvimento destes territórios, contendo, naturalmente, acções de valorização das aldeias e vilas, da paisagem, mas também dos recursos do território, num quadro de interacção simbiótica entre a cidade e o campo.

Ontem, reservatório de mão-de-obra, hoje, considerado como reservatório de paisagens, de lazer e de tradições, o espaço rural não deixa de estar submetido às pressões do grande centros urbano-metropolitanos. Dar ao mundo rural um lugar activo na dinâmica produtiva mundial não é somente um objectivo de solidariedade territorial. É, também, uma escolha social e económica, a resposta a um desafio da sociedade. ☼



Uma velha questão. Desenvolvimento rural, ou só agrícola?

ADRACES

Apesar das palavras...
O desenvolvimento que se diz Rural...será rural ou agrícola?
Integrado... ou Sectorial?
Local... ou a fingir que é?

Na lógica das fileiras descendentes, de Bruxelas a “Salvaterra do Extremo”, da “Central” ao local, todas as políticas de “desenvolvimento rural” passam pelas estruturas agrícolas da administração pública! Da União Europeia, do Conselho Europeu de Ministros, da Comissão Europeia (órgão executivo da União Europeia), dum Direcção Geral para a **Agricultura** (Ministério Europeu da **Agricultura**), dum **Política Agrícola Comum**, dum Regulamento Europeu para o **Desenvolvimento Rural**, emanam:

- Orientações e normas “Europeias” para o **Desenvolvimento Rural**
- Programas de **Desenvolvimento Rural**
- Medidas em favor do **Desenvolvimento Rural**

A serem aplicadas por:
Ministérios Nacionais da Agricultura e do **Desenvolvimento Rural**; Direcções Gerais (Nacionais) da **Agricultura e do Desenvolvimento Rural**; Direcções Regionais (de cada País) de Agricultura e do Desenvolvimento Rural; e por diversas estruturas descentra-

lizadas “locais” dos serviços verticalizados de cima para baixo, do Ministério da **Agricultura, do Desenvolvimento Rural** e das Pescas (no nosso caso).

E assim se confia o Desenvolvimento Rural (coisa integrada e integradora, supomos nós) unicamente às estruturas especialmente vocacionadas para pensar, analisar, decidir e dirigir o Desenvolvimento da AGRICULTURA... estruturas estas que, da “central ao local,” sempre estiveram sujeitas à voracidade predadora dos grandes “lobbies” agrários, cujos interesses são contrários ao Desenvolvimento Local em meio Rural.

Enfim... fala-se rural, pensa-se agrícola, mesmo que a maioria dos “rurais” de hoje, não sejam agricultores!

Se, quem assim o determina, assumisse publicamente pensar que Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Agrícola são a mesma coisa, pelo menos seria mais fácil compreender-nos!



ANA ALVIM

É evidente que, neste caso como na maioria das situações do quotidiano, as palavras utilizadas pretendem vender “gato por lebre”, ou seja, neste caso...agrícola por rural.

Todos estamos de acordo. Sem a agricultura ou só com a agricultura, não pode haver Desenvolvimento Rural. Mas... a partir deste acordo básico, na prática, logo alguns responsáveis pela agricultura se comportam em relação ao Desenvolvimento Rural como certos homens que “até nem são machistas”, porque oferecem um par de luvas à mulher para que ela não estrague as mãos a lavar a louça!

Apesar de tudo, temos de considerar a existência de pessoas, talvez até em número mais significativo do que se julga, até entre os quadros do Ministério da Agricultura, que, individualmente, **adquiriram a compreensão da verdadeira interdependência sectorial existente nas actividades e relações humanas, sociais e económicas dos meios rurais.**

É pena que os valores e princípios defendidos por esses e outros técnicos, bem “enterrados” no terreno e enleados q.b. nas relações austeras e sofridas do quotidiano rural, raramente ultrapassem a esfera dos posicionamentos individuais, para se transformarem em políticas e medidas de carácter institucional, de aplicação também fundamentada na prática, e não apenas na “profunda e sábia” análise teórica dos doutos mestres que os tenham precedido.

Seria bom que se falasse de Desenvolvimento da Agricultura quando efectivamente disso se tratasse. De Desenvolvimento Rural... quando as acções de apoio à agricultura estivessem articuladas, coordenadas e integradas em outras, multi-sectoriais, e vice-

versa, cujo conjunto estivesse ao serviço duma estratégia de desenvolvimento harmonioso e sustentável, do território em causa.

É necessário pugnar por manter clara a separação das concepções entre Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Agrícola, não apenas por uma questão semântica.

No primeiro caso, o do Desenvolvimento Rural, os interesses são de natureza colectiva e social ao nível das comunidades respectivas. No caso do Desenvolvimento Agrícola, os interesses são sectoriais e, em especial nas regiões de baixa densidade demográfica e grande propriedade, sem preocupação alguma de carácter social.

É necessário reafirmar a interdependência entre os dois. Para que isto aconteça e funcione não podem ser apenas as estruturas de vocação agrícola, públicas e privadas, a regulamentar e operacionalizar os apoios ao Desenvolvimento Rural.

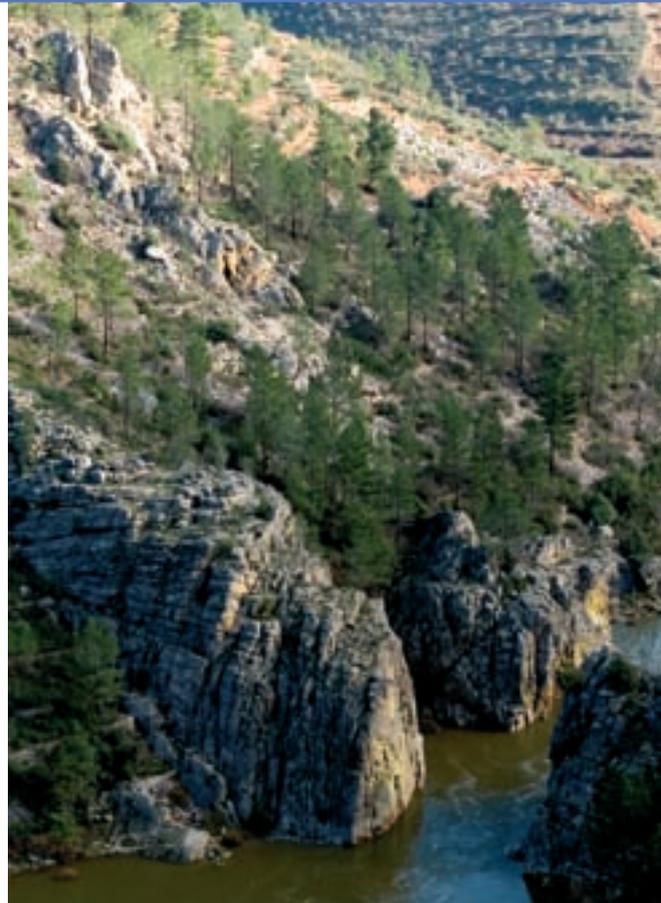
O facto de dar nomes errados aos bois (salvo seja) pode parecer coisa de somenos importância, mas não é. Podem existir políticas, programas e medidas gerais de apoio ao Desenvolvimento Rural que, sendo na prática medidas de apoio ao desenvolvimento Agrícola, contrariam as lógicas da articulação intersectorial e impedem a territorialização do tão alvejado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Denominações incorrectas induzem-nos em erros de concepção, de método e até de natureza de intervenção, sem que disso nos apercebamos! ☸

Assunção Pedrosa

Novembro de 2006

Gerar dinâmicas territoriais



ANA ALVIM

As zonas rurais mais afastadas dos centros decisoriais e dinâmicos continuam a sofrer um profundo processo de desertificação humana e envelhecimento, consequência, sobretudo, dos significativos movimentos migratórios registados nas últimas décadas.

Esta tendência pode ser contrariada se forem geradas novas dinâmicas, criados novos serviços e mobilizadas novas competências – só assim o espaço rural terá a oportunidade de permanecer vivo, activo e com capacidade para influenciar o seu destino.

A ADRACES, enquanto Associação de Desenvolvimento Local, sempre assumiu como principal desafio a concretização de acções de desenvolvimento local participado, integrado e integral, de modo a dar às populações objecto da sua intervenção a possibilidade de expressarem ideias e ideais de futuro que possam ajudar à construção desse futuro.

Reforçou o cumprimento desse desígnio ao reconhecer a necessidade de fomentar abordagens de maior proximidade com as populações locais, para promover uma estratégia de desenvolvimento local cada vez mais participado e interactivo. Para isso mobilizou novas competências para a sua equipa técnica e criou uma Rede Interactiva de Desenvolvimento Local, constituída pelas valências técnicas, institucionais e territoriais consolidadas pela ADRACES ao longo da sua existência e por uma jovem equipa de Animadores do Desenvolvimento Local que, desde 2002, se sedeu no território, fazendo a ponte entre a equipa central e a população do território abrangido.

Esta Rede entronca em duas tipologias de abordagem. A ascendente, através da realização de iniciativas de raiz local, protagonizadas pelos Animadores e pelos públicos. É uma metodologia que promove a autonomia e liberdade de actuação dos Animadores, permitindo-lhes desenvolver estratégias e abordagens consentâneas com as

realidades territoriais de cada Pólo e com as características pessoais de cada um. A outra, mais ampla, é de carácter descendente e assenta nas directrizes e estratégias globais da Instituição e sua conjugação com a estratégia de desenvolvimento delineada para o território de cada Pólo.

INTERVENÇÃO LOCAL COM ROSTOS

A REDE é constituída por uma equipa jovem e multidisciplinar que fomenta as metodologias participativas para gerar sinergias criativas entre população, instituições, serviços, tradição, modernidade, local, global, (...), num processo interactivo e dinâmico de promoção da auto-valorização social e comunitária. O carácter multisectorial das intervenções, a criatividade e o desenvolvimento de actividades que traduzem necessidades, aspirações e ideias, têm-se revelado determinantes para despoletar, nestes territórios de muito baixa densidade, forças e dinâmicas locais inexistentes antes da sua actuação no território. Este factor tem contribuído para o aumento dos níveis de auto-confiança da população intervencionada, pelo que continuamos a apostar sobretudo num processo educacional permanente e gerador de uma cultura e dinâmica de desenvolvimento, promotoras da democracia participativa e da cidadania activa.

ANIMAR PARA DESENVOLVER

Em territórios deprimidos e isolados, a Animação territorial de pequena escala, quando orientada de forma contínua e multisectorial, revela-se um privilegiado instrumento de desenvolvimento local. Ela provoca mudanças, tanto na vida das pessoas como nas dinâmicas do próprio território, e estimula as comunidades a serem agentes activos do seu próprio desenvolvimento.

Neste contexto, a REDE utiliza o desenvolvimento de actividades sócio-culturais e formativas como um dos principais instrumentos de aproximação às comunidades, por permitirem a interacção e mobilização das populações, envolverem um grande número de actores e proporcionarem a emergência de condições favoráveis à iniciativa individual e colectiva, ao empreendedorismo, ao processo de desenvolvimento local participado e inter-activo. Em termos gerais, é possível agrupar as iniciativas que a REDE promove em três grandes áreas, que ilustramos:

ADRACES



Sócio-cultural: acções de animação, sensibilização, informação e motivação, de forma personalizada, interactiva e de grande proximidade.



Formativa: realização de acções de formação territorializadas e orientadas para a inserção profissional e para a participação cívica das pessoas.



Económica: valorização e divulgação das actividades e saberes tradicionais.

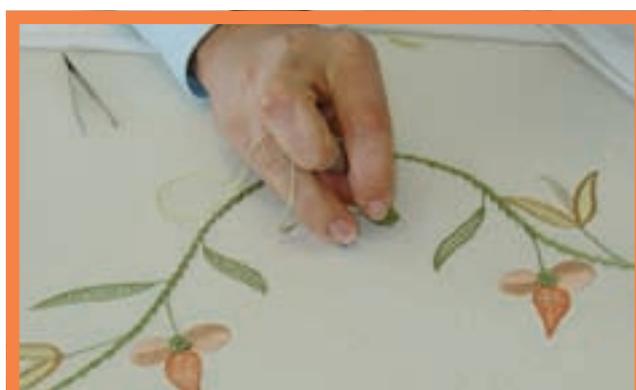
REPORT – Rede para a Requalificação e Valorização do Património Cultural

O projecto “REPORT” é implementado por uma parceria transnacional que funciona em rede interligada de parceiros, no quadro do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, e surgiu da articulação entre o projecto “Ex-Libris” – Requalificar/Adaptar/Certificar o Bordado de Castelo Branco e o projecto francês (Ilha de Reunião) “CASES – Consolidar e Animar um Sector Económico Sensível”. Consubstancia-se num conjunto de objectivos comuns, que importa salientar:

1. Reconverter, proteger e valorizar actividades tradicionais específicas das regiões envolvidas (“Ex-Libris” - Bordado de Castelo Branco; CASES - Construções tradicionais da Ilha de Reunião);
2. Reconverter e (re)qualificar os activos dessas actividades;
3. Conservar e criar emprego a partir dessas actividades sensíveis, tornando-as sustentáveis;

4. Envolver activamente os actores-chave dos territórios na protecção e valorização do património histórico inerente às actividades definidas;
5. Estudar e definir as interligações entre estas actividades e os outros sectores de actividade, para que uns potenciem os outros e contribuam para a afirmação e sustentabilidade das actividades tradicionais em causa.

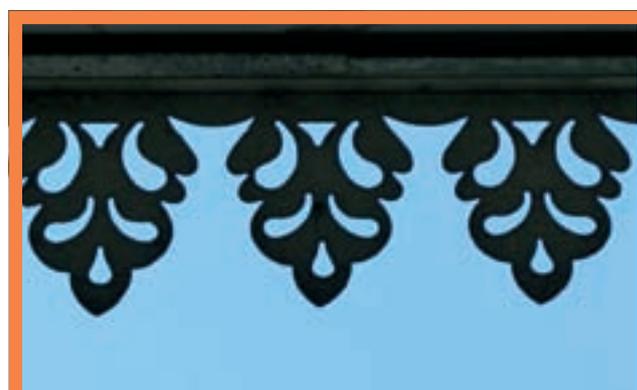
Neste contexto, estão a decorrer um conjunto alargado de actividades no território da BIS, sob a temática global “Contributos do Património Cultural para o Desenvolvimento dos Territórios”, consubstanciadas em fóruns, workshops, conferências internacionais e visitas de estudo.



ADRACES

PORTUGAL - PARCERIA “EX-LIBRIS”

ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul (Coordenador)
Câmara Municipal de Castelo Branco
Instituto Politécnico de Castelo Branco
Museu de Francisco Tavares Proença Júnior



ADRACES

FRANÇA - PARCERIA “CASES”

FEDAR - Fédération des Associations Rurales
Centre Interuniversitaire de Recherche sur les Constructions Identitaires
Commissariat à l’Aménagement des Hauts
Confédération Nationale des Foyers Ruraux
Direction Régionale des Affaires Culturelles
Office National des Forêts
SICA HABITAT REUNION
chambre Régionale de l’Economie Sociale et Solidaire



ADRACES

DISSEMINAR BOAS-PRÁTICAS LEADER NA HUNGRIA

Parceria
Portugal: ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
Hungria: Bedekovich Lórinç Népfőiskolai Társaság

Sob o alto patrocínio da APURE - Associação para as Universidades Rurais Europeias, António Realinho, Vice-presidente da ADRACES e Kovács Béláné Petó Magdolna, Presidente da Bedekovich Lórinç Népfőiskolai Társaság, entidade responsável pela implementação da Iniciativa Comunitária LEADER + na região de Jászfényszaru, foi celebrado um protocolo de cooperação para a disseminação de práticas bem sucedidas, geradas pela implementação da Iniciativa LEADER na Beira Interior Sul. Considerando que aquela entidade está a dar início ao processo de implementação da Iniciativa LEADER, está a conceber-se uma programação que pressupõe acções de mainstreaming para a identificação e validação de práticas e recursos desenvolvidos pela ADRACES, que possam ser disseminados e adaptados aos contextos do território e públicos daquela região húngara. Trata-se de um processo biunívoco de aprendizagem, assente numa estratégia de troca de experiências e práticas entre as organizações, os técnicos e os públicos.



ANA ALVIM

1. Receitas fiscais dos Países Europeus em percentagens do seu Produto Interno Bruto (PIB)

Suécia	50,2%
Dinamarca	49%
Bélgica	46,4%
Finlândia	46%
Áustria	44%
França	44%
Noruega	43,5%
Itália	42%
Luxemburgo	42%
Holanda	39%
República Checa	39%
Hungria	38%
Islândia	38%
Alemanha	36%
Grécia	36%
Inglaterra	36%
Espanha	35,6%
Portugal	34%
Eslováquia	33%
Polónia	32,6%
Suíça	30%
Irlanda	28%

(Fonte: Le Monde 19/10/06)

Seria interessante que os nossos leitores quisessem procurar saber se há alguma relação entre estas percentagens e os níveis de qualidade de vida existentes nos Países mencionados.

2. Será que por lá é como por cá?

“Ségolène Royal, candidata do Partido Socialista Francês para as presidenciais de 2007, gerou uma tempestade no país ao sugerir a criação de “júris populares” cujos membros seriam sorteados entre a população e teriam a missão de vigiar a acção dos políticos”. (Fonte: Público de 24 /10/06)

Cuidado João... quem se aproxima do tacho não resiste ao cheirinho do guisado e... catrapus... mete a mão no caldeirão.

3.

O Conselho de Ministros da União Europeia convidou a Comissão Europeia a apresentar uma proposta de reforma do sector vitivinícola durante o primeiro semestre do próximo ano. Fala-se em mandar arrancar 400.000 hectares de vinha em todo o território da União!

Embora nada esteja ainda decidido, as movimentações em defesa dos interesses particulares de cada região já se fazem sentir.

Dizem que é para acabar com os excedentes e manter os preços a níveis justos para os produtores. Nós por cá não devemos estar incluídos, não temos excedentes; ainda há bem pouco tempo soube-se que havia para aí um industrial da praça que importava milhões de milhões de litros sem se saber de onde!

4.

Sobre o Desenvolvimento Rural 2007 / 2013

Orientações estratégicas da União Europeia para aplicação do FEADER.

É com base nestas orientações estratégicas que cada Estado-Membro tem de preparar o seu plano estratégico nacional para aplicação das verbas do “Fundo Comunitário de Apoio ao Desenvolvimento Rural – FEADER” que passará a constituir o quadro de referência para estabelecer os programas de desenvolvimento rural a nível nacional e regional.

O FEADER está estruturado em quatro eixos distintos a saber:

Eixo 1:

Os recursos financeiros atribuídos a este eixo devem contribuir para reforçar e dinamizar o sector agro-alimentar.

Eixo 2:

Este eixo destina-se a apoiar a protecção e a melhorar os recursos naturais e as paisagens das zonas rurais.

Eixo 3:

Destina-se a apoiar nos domínios da diversificação da economia rural e da qualidade de vida nas zonas rurais.

Eixo 4 (Leader):

Os recursos atribuídos a este eixo devem contribuir para as prioridades estabelecidas para os outros eixos, em particular do eixo 3, mas devem sobretudo servir à prioridade horizontal de melhoria da governação e de mobilização do potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais. ☼



ADRACES

As Nossas Bandeiras

1. O Desafio. Sentindo a Beira com verdadeira emoção, assumimos o desafio de se preservarem os recursos, os valores e as oportunidades da ruralidade. Pelas veredas do nosso interior beirão, vivemos com grande entusiasmo os valores das nossas terras e suas gentes, enaltecendo as potencialidades do desenvolvimento local. A par da afirmação das identidades locais, recusamos frontalmente ser os “coitadinhos” do interior e da raia. Importa assumir a interioridade sem complexos e rasgá-la, ultrapassando a actual marginalização produtiva de territórios e pessoas que detêm saberes e fazeres (tecnologias) únicos e originais. Afirmamos convictamente que as cidades e os campos são faces da mesma moeda. O que acontece numa face tem sempre origem e consequências, causas e efeitos na outra. A cultura urbana não é superior à cultura rural, são diferentes e podem completar-se e interagirem. É nesta interacção e rede de cumplicidades positivas que se poderá fomentar uma ruralidade moderna, sem que o progresso e o bem-estar impliquem o fim da cultura rural.

2. As comunidades de origem. Será que as nossas terras têm apenas a frágil dimensão social correspondente às poucas centenas de pessoas residentes habituais? Não lançaram para as cidades, sobretudo as do litoral, e para a emigração milhares dos seus naturais? Não vêm em massa os seus filhos por alturas das festas tradicionais? Não estão a regressar em número significativo, após a vida profissional mas ainda activos?!

É bem visível o movimento de reafirmação dos sentimentos de afiliação, de vibração saudável e solidária da nostalgia com as raízes da Comunidade de origem. Para quem vive na grande cidade ou no estrangeiro, é natural a vibração da redescoberta da terra dos seus pais e avós, na afirmação da família multigeracional, onde os apoios e o equilíbrio são mais fortes. Trata-se do **direito de construir e partilhar memórias e afectos à volta das raízes**, do património etnográfico, usos e costumes, monumentos e produtos típicos de cada terra. Assim, se reforçam os laços e sentimentos de pertença que podem congrega todos os naturais da mesma terra e seus descendentes, independentemente dos locais onde residem. Partilhando todos o mesmo imaginário colectivo, sabemos quem somos, o que somos e como somos, é factor de união o sentimento forte de auto-estima que nos torna disponíveis e motiva à participação. Para se concretizar tal participação, juntar forças e recursos, importa saber quantos são, quem somos e onde estão os filhos de cada terra e seus descendentes. Que comunicação existe entre eles, a defesa de causas comuns, a capacidade de mobilização e de iniciativa, a partilha de projectos e a congregação de esforços e vontades entre todos é formulada e discutida?!

3. As Colectividades e Associações. Com a sua natureza colectiva e a sua história, assumem os valores, a identidade cultural, os usos e costumes e a auto-estima dos seus associados e da própria terra. São expressão da entre-ajuda e da cordialidade do homem



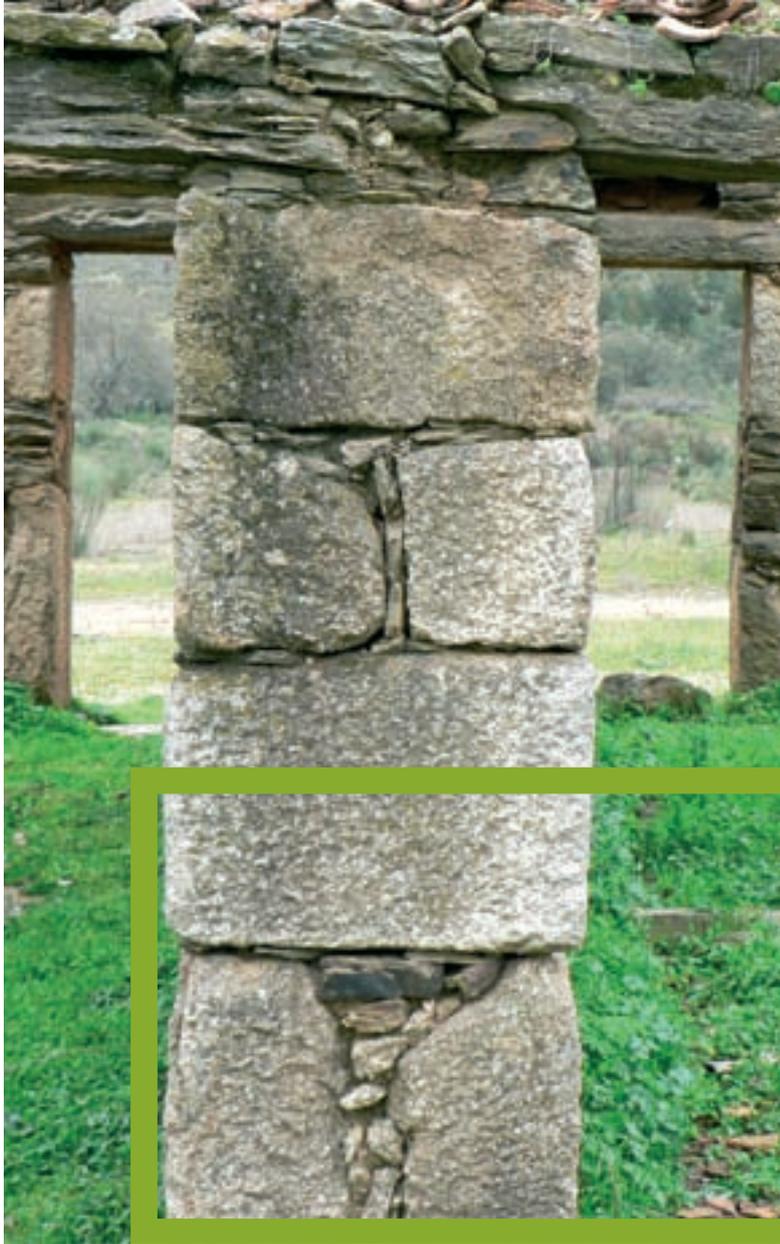
ADRACES

e mulher rurais que sempre mitigaram o seu individualismo com as tradições e práticas de carácter solidário e comunitário. Aí estão as colectividades recreativas e culturais, as Ligas e Associações de amigos e de desenvolvimento, bem como as Instituições particulares de solidariedade social com os seus lares e centros de dia. Não haverá, certamente, povoação da nossa Beira Baixa que não tenha uma ou mais Colectividade de natureza recreativa, cultural e solidária ou concentrando todas as vertentes. Nestas Colectividades, algumas já centenárias, cristalizou-se o esforço abnegado, anónimo e solidário de sucessivas gerações, assegurando continuidade à expressão organizada dos valores culturais genuínos de cada terra. Foi, assim, possível salvaguardar as tradições musicais, folclóricas, artesanais, usos e costumes e responder de forma solidária às necessidades mais importantes.

As Colectividades e Associações são **autênticas bandeiras** erguidas e sustentadas pelo esforço generoso e entrelaçado de várias gerações e representam a maior reserva de capacidade de acção e de iniciativa de cada comunidade. Nelas se exercita a cidadania e o diálogo de proximidade e, não raramente, se encontra a juventude e os adultos de todas as idades, num convívio e aprendizagem entre pessoas de várias gerações. Estão inscritos como associados, quer os residentes, quer os filhos da terra que partiram para outras paragens. Constituem, assim, elos e plataformas de colaboração que representam a força, a pauta de vibração e o pulsar das comunidades de origem. A par da Au-

tarquia Local, a Assembleia de Freguesia com o seu órgão executivo que é a Junta de Freguesia, as Colectividades e as Associações são as **traves mestras** das potencialidades das Comunidades de origem que podem ser as nossas terras, fragilizadas na sua economia e envelhecidas, mas ricas em património cultural e produtivo. Destacamos o património etnográfico, os produtos típicos genuínos, autênticas jóias do nosso artesanato produtivo que importa trazer para a economia dos nossos dias. É que, quanto mais tais produtos forem consumidos e quanto mais o artesanato for usado, mais condições e mercado haverá para a sua defesa e preservação, consolidando-se e alargando-se a sua produção. Também aqui, na matriz produtiva e escoamento dos produtos, as Colectividades, Associações e Cooperativas podem ser âncoras de projectos que criem emprego e fixem a população.

4. Um Pacto Cultural e de Desenvolvimento. Reagir construtivamente à fragilidade económica e ao envelhecimento das nossas terras implica um apoio ao empreendedorismo, à inovação e ao risco. As iniciativas locais de pequenas empresas, ou até individuais, têm muita dificuldade em surgirem e morrem quase sempre pouco depois de nascerem, porque não têm tido apoio significativo e em rede. Ora, considero que as Associações, Colectividades e Cooperativas têm que ser chamadas a actuar em rede e a servirem de âncora a programas concretos de reabilitação das comunidades rurais. **A hora é de tocar o sino a rebate**, já que considero constituir o próximo quadro financeiro de



ADRACES

Estamos perante objectivos adequadamente definidos. Terá que existir bom senso, realismo e capacidade política e de gestão na aplicação se respeitar e contar com quem conhece o território e as suas gentes, partindo de baixo para cima e trabalhando em diálogo com as pessoas. Trata-se de respeitar e aumentar as capacidades e competências para a animação do território, contando com quem cá vive e numa perspectiva mais rica e abrangente de comunidades de origem. Então, as Autarquias, as Associações, Colectividades e Cooperativas existentes, são absolutamente indispensáveis como **nós de uma rede enraizada no território**. Aumentar a informação e a formação dos agentes económicos, sociais e culturais mais abertos à inovação e competitividade, pressupõe uma rede de animadores de acções

de promoção que estejam filiados nos valores, no património e objectivos das comunidades rurais. E tal rede de animadores e agentes de desenvolvimento tem que se apoiar na rede de Entidades locais já existentes. Só assim, será possível programar, definir e aplicar acções aderentes à realidade, promovendo o **progresso com autenticidade e com alma**. Só assim, será possível concretizarem-se acções transparentes, que se vejam no terreno e avaliadas com a participação dos seus destinatários. Apenas com uma avaliação independente

se poderão reformular as estratégias e acertar-se o ritmo, os objectivos e a forma de intervenção.

apoios da União Europeia (2007-2013) a oportunidade histórica que importa ser bem aproveitada.

De facto, está previsto que a aplicação do Eixo 3 do Financiamento da Política de desenvolvimento rural, seja aplicada através de **estratégias locais de desenvolvimento**. Assim, a prevista: “Diversificação, qualidade de vida das zonas rurais e diversificação da economia rural” – representa um forte e concreto desafio aos actores locais, desde logo na vertente autárquica (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) e exige a constituição de uma rede de entidades com quem se possa contratualizar projectos e acções concretas, que se realizem no terreno das nossas terras e não fiquem pelas alcatifas dos decisores ou técnicos de gabinete.

Vale a pena conhecer os objectivos do referido Eixo 3:

- a) Diversificação da economia rural, incluindo para actividades não agrícolas, o incentivo a actividades turísticas e o apoio à criação e desenvolvimento de micro-empresas, visando o desenvolvimento do tecido económico;
- b) Qualidade de vida nas zonas rurais, englobando serviços básicos para a economia e populações rurais, renovação e desenvolvimento das aldeias, bem como a conservação e valorização do património;
- c) Formação e informação dos agentes económicos que exerçam a sua actividade neste domínio (Eixo-3) e
- d) Aquisição de competências e animação, associados à preparação e execução de uma estratégia local de desenvolvimento”.

5. O regresso. Melhoraram-se significativamente as acessibilidades e (re)visitam as suas terras e com maior frequência, cada vez mais pessoas. Há, mesmo, cada vez mais participação dos filhos de cada terra nas suas Associações e Colectividades. A perspectiva de reforço do regresso definitivo após a vida activa mas ainda com condições de participarem na animação social e cultural das suas terras, depende da revitalização em termos de comunidade de origem. A par do movimento de regresso é da maior importância **ser reforçada a atractividade** que o património cultural, os usos e costumes, o artesanato e a gastronomia podem exercer junto de pessoas com poder de compra e cada vez mais saturadas das grandes cidades e do turismo de massas em que domina o sol e a praia. Estudar, valorizar e divulgar o que é genuinamente nosso e nos diferencia é o caminho. Temos aglomerados habitacionais típicos, infra-estruturados de água, esgotos e energia. É grande o número de casas desocupadas e a degradarem-se. Já é significativo o número de casas que vão sendo recuperadas dentro da traça original e com os materiais típicos locais. Importa dinamizar as oportunidades e animar o processo de revitalização das nossas comunidades, quer quanto às obras materiais, quer quanto à formação e motivação das pessoas. ☼

Lopes Marcelo

Atirando pedrinhas na poça

(umas pequeninas
outras grandes,
umas sérias,
outras brincalhonas)

Por: Abel Cuncas



ILUSTRAÇÃO PEDRO LINO / ISTO É

Como bem saberão os meus concidadãos cá da BIS, a família Cuncas está bem espalhada (salvo seja) por tudo quanto é rio, ribeira, córrego e vereda das nossas terras. Cá o Abel ainda tem Avós, Tias, Tios, Primos e Primas direitas e esquerdas (os), solteiras e viúvas (os), em lista de espera, sem contar com os aparentados. (Cuidadinho que sou uma força eleitoral!).

Como rolo (de rolar) muito de terra em terra, e como sou calado como pedra, todos me contam segredos, seguros do meu silêncio! (Essa fama ganhei e agora vivo dela, contando-vos discretamente aquilo que a mim me é contado, de certa maneira, fazendo o mesmo que alguns dos meus estimados leitores, não é?).

Hoje aproveito-me da minha tia Júlia que nos relata um interessante episódio (ela não lhe chamou isso) da sua vida pasmacenta (ela é que disse) numa Aldeia pertencente ao Concelho da nossa fulgurante, imparável e bela capital de Distrito, que todos vós conheceis e admirais. Atenção, pois, à história do Cavaleiro Branco que me foi contada pela Tia Júlia e à qual procurei ser fiel.

Primeiro acto:

Oh Rosa... Rosaaa...! Oh Rosa, anda cá abaixo mulher... chiça que é surda que nem um calhau! — Já vou, já vou, que estardalhaço é esse, está alguém na forca ou rebentaram-te as águas?! Que diabo, nem parece teu prima Júlia, tem lá sossego que o Zé já está deitado e ainda arma p'raí um pé-de-vento.

— Tá bem, tá bem, não me leves a mal, tive que vir agora porque esta manhã esqueci-me de falar disto e sem ti não posso lá ir...

— Ir aonde Júlia? — Olha, ali ao cerro da pedra, lembras-te daqueles feijanitos miúdos que lá semeamos, o meu António passou por lá ontem e diz que se não formos já não apanhamos nada. Com estes calores, estão a abrir e os pássaros a dar conta deles e a rir-se de nós, temos que ir lá amanhã bem cedo para aproveitar a brandura da noite, a ver se ainda arranjam um saquinho deles para os caldinhos de nabo! Anda lá Rosa, aproveitamos e damos um passeio pela fresquinha!

— Que rica prima me saíste... só me trazes é trabalhos! Lá irei... está descansada. Logo que despache o café do Zé, aí por volta das seis, encontramos-nos à saída para a estrada nova, vai descansada e tem lá cuidado com as más companhias!

— Já vou mais descansadinha, lá isso vou, quais companhias mulher...

nem boas nem más, só se forem as almas do outro mundo a espreitarem pelas janelas das casas vazias! Chego até casa sem ver alma viva! Até amanhã e vê lá se acordas o Zé para te fazer companhia...

Segundo acto:

Ao lusco-fusco da alvorada, naquela hora em que todos os gatos são pardos, (a hora dos lobos, como se diz na canção) por entre uma nevoazinha húmida e misteriosamente transparente, como cortina que pouco a pouco se entreabre deixando ver mais ao longe, lá vão, lado a lado, pela estrada nova, a caminho do cerro da pedra e dos feijõezinhos, a Rosa e a Júlia em descontraída ladainha de lamentações sobre o isolamento em que vivem; quando... ao sair duma curva do caminho no alto da colina, subitamente, de olhos esbugalhados de espanto e medo, braço trémulo apontando ao longe, pálida como a névoa que as envolvia, a Rosa parou e... meio sufocada murmurou: — Júlia... ai santo Deus... estamos perdidas... olha... olha... tás a ver?

A Júlia benzendo-se, — Que é isso Rosa... sentes-te mal, queres voltar para trás, que estás a ver que eu não vejo nada?

— Acolá... não vês? Não me digas que não vês... aquelas coisas enormes que estão vindo sobre nós por detrás daquele monte, não vês, cada vez parecem maiores e estar mais perto. Ai... ai nossa senhora dos altos céus nos acuda!

— Acalma-te Rosa... olha, senta-te aqui um bocadinho neste murinho, não te assustes mulher... bem se vê que desde aquela vez que vieste ajudar a plantar os feijões, nunca mais passaste por aqui... aquilo que vês, avança para nós, é grande e avassalador, mas não chega cá hoje!

Aquilo que vês, são as cabeças de Castelo Branco, agora mais conhecido por Cavaleiro Branco!

Cavaleiro de cavalo betonado que galopa, galopa... até nos espantar a todos das terrinhas onde nascemos, ai Rosa, nem imaginas, ainda te hei-de contar uma história antiga dum outro cavalo a que chamaram de Tróia, sabes... tem coragem filha, tu não sabes, mas muitos dos homens que se foram cá da Aldeia, andam no ventre daquele cavalo do Cavaleiro Branco. Pronto, serena-te cachopa, vamos passar ali na nascente das raposas, beber um canequinho de água fresca e apressar-nos a apanhar os nossos feijõezinhos enquanto os há. Talvez o Cavaleiro Branco pare antes de cá chegar, ou entorpeça por indigestão. ☼



1º Prémio do Concurso de Postais de Natal realizado pelo Governo Civil de Castelo Branco. Autor: Jorge, APPACDM

director: **António Realinho**
publicação trimestral
distribuição gratuita


viver

Nesta edição destaca-se:



tem a palavra

Entrevista com o Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova

04

“É necessário apostar em pequenas e médias empresas da fileira de transformação agro-alimentar, capazes de exercerem uma acção organizativa sob a produção e assegurarem a comercialização do que se produz, de forma a evitar a exportação em bruto, acrescentando valor à produção local e dinamizando a criação de emprego cada vez mais especializado”.



grande tema

Associações e associativismos da BIS

11

“A prática demonstra que o essencial do valor de cada experiência associativa, nestas instituições como em qualquer outra da actividade Humana, está na qualidade e capacidade das lideranças”.

Kit mínimo para a sobrevivência das associações – José Portela (p.14)



inovadores e pioneiros

Os bem-amados

31

“Temos consciência de que a força desta instituição se deve à natureza e ao carácter das pessoas que aqui trabalham, dos que estão ao leme, como dos que todos os dias remam para a satisfação do dever cumprido! Queremos renovar no respeito pela continuidade de princípios, valores e atitudes”.



teorias e práticas do desenvolvimento local

Uma velha questão. Desenvolvimento rural, ou só agrícola?

39

“Todos estamos de acordo. Sem a agricultura ou só com a agricultura, não pode haver Desenvolvimento Rural”.